



VIA VERDE PARA CONTRATAÇÃO REGULADA

**GOVERNO E CONFEDERAÇÕES ACORDAM MEIOS
PARA AGILIZAR ENTRADA DE TRABALHADORES
DE PAÍSES TERCEIROS**

TALENTA

DÁ PRÉMIO A DANIELA LOURENÇO DA ILHA TERCEIRA



SOLUÇÕES PARA A AGRICULTURA

A diferença
entre produzir
e produzir
melhor?

Está no
novobanco
Empresas.

Para gerir a tesouraria da sua Empresa, planejar futuros investimentos, modernizar os equipamentos e muito mais, **o melhor é poder contar com um parceiro como o novobanco.**

Venha trabalhar com o banco que faz a diferença, com uma oferta dedicada ao setor agrícola.

Descubra aqui
as diferenças:



PUB | NOVO BANCO, S.A.

novobanco
EMPRESAS

Juntos fazemos o futuro.



EDUARDO OLIVEIRA E SOUSA
Presidente da Mesa
da Assembleia Geral da CAP

“É exactamente este o mote que pretendo enaltecer nestas linhas. A nossa luta de 50 anos em torno da dignidade da actividade agrícola, do respeito pelos agricultores e pelo reconhecimento e valor do conhecimento que foram acumulando ao longo do tempo e que se esforçam por colocar ao serviço da humanidade e no respeito pela terra, como o Papa tão bem identificou.”

CAP É BALUARTE E ESTANDARTE DOS AGRICULTORES DE PORTUGAL

Regresso com o maior gosto ao Editorial da Revista do Agricultor, a publicação mais emblemática da nossa Confederação, pelo menos para mim, pois muito aprecio o toque do papel, a passagem das páginas e o espreitar das fotografias, e até o cheiro da tipografia quando abrimos o saco em que nos chega a casa. São as nossas notícias, da família que somos, os Agricultores de Portugal.

Aceitei no momento escrever estas linhas, agradecendo à Direcção o amável convite para me associar desta forma às comemorações do 50º aniversário da CAP, a decorrerem neste ano de 2025.

O desafio chegou poucos dias antes da Páscoa e cedo comecei a pensar no que poderiam ser as minhas primeiras palavras, pois a Páscoa não é apenas uma época festiva. Mais, ou menos crentes, a Páscoa é, queiramos ou não, um marco no calendário anual do mundo, pelo que importa perceber o seu verdadeiro significado para a humanidade. Por exemplo, o porquê dos ovos de Páscoa? Pois bem, porque os ovos estão associados ao nascer, ao começar ou, se quisermos, ao recomeçar, que foi o que a Páscoa nos trouxe com a ressurreição de Cristo.

Estava eu embrenhado neste meu pensamento quando fomos surpreendidos com a notícia da morte do Papa Francisco, no dia seguinte ao domingo de Páscoa, dia em que se despediu de todos, num esforço hercúleo bem patente nas imagens que nos chegaram em directo do Vaticano. Só ele sabia que a sua hora estava a chegar.

Pois bem, é por esse motivo que me debruço um pouco mais sobre este tema. O Papa partiu, a vida continua e outro virá, mas Francisco deixou-nos um legado que muito tem a ver com a agricultura e com os agricultores. A sua permanente preocupação com a vida digna dos homens, com o combate à pobreza, a misericórdia e a necessidade de haver comida para todos, em respeito para com a Natureza e a salvaguarda do ambiente, tão bem espelhadas na sua encíclica *Laudato Si'*, onde de forma simples, como tantas foram as suas expressões, nos fala da nossa Casa Comum, o planeta em que vivemos e que devemos explorar de forma sensata, ao serviço de todos.

É exactamente este o mote que pretendo enaltecer nestas linhas. A nossa luta de 50 anos em torno da dignidade da actividade agrícola, do respeito pelos agricultores e pelo reconhecimento e valor do conhecimento que foram acumulando ao longo do tempo e que se esforçam por colocar ao serviço da humanidade e no respeito pela terra, como o Papa tão bem identificou.

A agricultura hoje é muito diferente, evoluiu e continua a desempenhar o seu papel, mas a sociedade, neste processo de evolução, nem sempre tem acompanhado de forma objectiva, e leal, o esforço e a importância que os agricultores têm na sociedade e na protecção da tal Casa Comum em que todos habitamos.

Por isso foram tão importantes os passos dados durante estes 50 anos. Ultrapassados a maioria dos problemas relacionados com a restituição das terras aos seus legítimos donos, a CAP embrenhou-se nos assuntos dos diversos momentos marcantes da vida política nacional, europeia e mundial, para aí manter a liderança na defesa da agricultura e dos agricultores de Portugal.

A Política Agrícola Comum, talvez a mais importante política que a Europa abraçou, continua a marcar a agenda, levando a CAP a manter desde a primeira hora a sua presença permanente em Bruxelas, integrando o COPA, mas também o GEOPA, o CESE, a CEPF e mais recentemente a ELO, a estrutura europeia de defesa da propriedade rural. As relações com o mundo, através do acompanhamento da agenda, como recentemente

aconteceu com as negociações do Mercosul, ou a nível interno, através da sua presença na Concertação Social, no CES, na consolidação de posições concertadas com as outras organizações de cúpula do sector empresarial do País, a CNC, ou a presença no IEF, com assento no seu Conselho de Administração, são alguns dos exemplos da posição vanguardista que a CAP soube conquistar e manter desde a sua fundação.

Trata-se de um trabalho sem fim, muitas vezes pouco percebido, mas muito importante para que o governo (os governos) mantenha o seu reconhecimento e a sua confiança na principal organização representativa do sector agro-florestal do país, como aconteceu através da condecoração atribuída por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, em Novembro de 2019 em Tomar, no decorrer do Conselho de Presidentes. A CAP é o baluarte e o estandarte dos Agricultores de Portugal.

Olhando o futuro, a época que atravessamos traz-nos angústia. O Homem está desorientado. Por todo o mundo assistimos a disrupções e a uma falta de rumo que urge interromper. Uma vez mais, regressando aos pensamentos do Papa Francisco, é no ser humano que devemos centrar a nossa atenção, na possível harmonia que desejamos, mas poucos se empenham em promover, como ele tanto apelou.

As guerras em curso, a ameaça que significam para a humanidade, as lutas internas nos mais diversos países, com destaque para o que se passa na Europa, nos problemas associados à imigração, à falta de consenso em torno de assuntos importantes como a água, à forma de protegermos o ambiente e a terra, o uso das tecnologias e dos produtos que nos permitem produzir com eficácia e rentabilidade, ou o estranho e absurdo comportamento do presidente actual dos Estados Unidos da América, dão-nos uma imagem das dificuldades que temos hoje em programar e em decidir, pois as variáveis e as dúvidas são demasiadas para permitirem tomadas de posição com um mínimo de tranquilidade, ou mesmo de confiança.

Mas essa confiança não pode perder-se, razão que leva a CAP a manter viva a chama dos jovens, promovendo-os e defendendo-os, como faz com os concursos nacional e europeu, com as acções de formação, com os programas associados às universidades e às escolas. E também ao enaltecimento da presença das mulheres neste mundo agrícola, tão injustamente associado a uma imagem de masculinidade. O que seria dos homens, da humanidade, sem a mulher? O sucesso do programa Talenta é o espelho dessa atitude de reconhecimento da importância da mulher no centro do sector agro, não apenas em Portugal, mas no mundo.

São estes os desafios que se nos colocam na actualidade. É por isso importante olharmos para o interior da nossa organização, para as nossas associadas. É nas nossas Associações de Agricultores, agrícolas, florestais ou pecuárias, nos seus dirigentes e nos seus membros, que está a nossa força, o nosso cerne, o nosso sangue. É na nossa união, na consolidação do nosso movimento, na concertação de tomadas de posição, que a verdadeira defesa do sector assenta. Por isso um permanente apelo ao interesse e ao envolvimento que não podemos descurar, seja na participação em reuniões, na disponibilidade para integrarmos órgãos sociais, na representação em fóruns e eventos, enfim, um envolvimento que se transforma em sintonia, para que o sector mantenha viva a sua capacidade de reagir, com conhecimento de causa, com discernimento activo e consciente, com espírito de equipa. É essa a razão de ser da CAP. Aproximam-se de novo eleições. Pois bem, é chegada a hora de uma vez mais reflectirmos sobre o que verdadeiramente queremos e podemos alcançar. A interrupção do ciclo governativo em que nos encontrávamos foi algo absurda, mas tendo acontecido, convém analisarmos o caminho que estávamos a desenvolver, comparando-o com o passado recente, nem sempre de boa memória. Sejam conscientes e, como uma vez escrevi, votemos com a cabeça, não com o coração.

Termino recorrendo à mais simples e mais famosa frase do Papa Francisco, que lhe saiu espontaneamente naquele dia quente de Agosto de 2023, em Lisboa, nas Jornadas Mundiais da Juventude, ao querer abraçar toda a multidão e o mundo que tinha por diante. Que sejamos capazes de nos unir e manter firmes nas nossas convicções, na defesa da nossa agricultura... **todos, todos, todos!**

O autor escreve de acordo com a antiga ortografia.

*“Aproximam-se
de novo eleições.
Pois bem,
é chegada a hora
de uma vez mais
reflectirmos sobre
o que verdadeiramente
queremos e podemos
alcançar...
Sejam conscientes
e, como uma vez
escrevi, votemos
com a cabeça,
não com o coração.”*

ESTATUTO EDITORIAL

A REVISTA DO AGRICULTOR é uma publicação bimestral dirigida à atividade agrícola e ao mundo rural.

A REVISTA DO AGRICULTOR tem como objetivo a divulgação de informação especializada no âmbito da agricultura, no estrito rigor das políticas agrícolas nacionais e europeias, com vista à valorização do mundo rural, enquanto dinamizador da economia, da sustentabilidade e biodiversidade e da qualidade de vida.

A REVISTA DO AGRICULTOR desenvolve a sua atividade com absoluta liberdade editorial e independência de quaisquer poderes políticos e económicos.

A REVISTA DO AGRICULTOR assume o compromisso assegurar o respeito pelos princípios deontológicos e pela ética profissional dos jornalistas, assim como pela boa-fé dos leitores.

Os artigos de opinião e resultantes de parcerias veiculam a opinião dos seus autores.

FICHA TÉCNICA**DIRETOR**

Luís Mira

EDIÇÃO E COORDENAÇÃO

Célia Andrade

EQUIPA REDATORIAL

António Alpalhão, Célia Andrade, Cláudia Costa,
Cláudia Gonçalves, Cristina Morais

FOTOGRAFIA DE CAPA

Banco de Imagem - Freepik

ASSINATURAS

Mário Costa (mcosta@cap.pt)

PUBLICIDADE

Francisco Ribeirinho (fribeirinho@cap.pt)

DESIGN

Claim Ideas - Produções de Comunicação

Rua dos Bombeiros Voluntários

do Dafundo, nº1, 2º

1495-714 Cruz Quebrada

IMPRESSÃO

Jorge Fernandes, Lda.

Rua Quinta Conde de Mascarenhas, nº9,

2820-653 Charneca de Caparica

PROPRIEDADE E EDIÇÃO

Confederação dos Agricultores de Portugal

Rua Mestre Lima de Freitas, nº1

1549-012 Lisboa

Tel.: 217 100 000

NIPC: 501155350

SEDE DA REDAÇÃO

Rua Mestre Lima de Freitas, nº1

1549-012 Lisboa

**3 EDITORIAL**

Por Eduardo Oliveira e Sousa, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da CAP

6 RECURSOS HÍDRICOS**Água que Une**

Estratégia nacional conta com aplauso cauteloso da CAP

8 DITO & ESCRITO**10 ANIVERSÁRIO DA CAP**

Confederação adota nova identidade visual

12 POLÍTICA NACIONAL

Confederações Empresariais atentas aos temas da campanha eleitoral

18 POLÍTICA INTERNACIONAL

CAP exige ação do governo na guerra de tarifas entre UE e EUA

22 ENERGIA

CAP visita produtores de biometano em França

24 TEMA CENTRAL**Via Verde para a Contratação**

Protocolo para a migração laboral regulada

30 NOVAS GERAÇÕES

12º Concurso Nacional de Jovens Agricultores

32 EMPREENDEDORISMO

Daniela Lourenço vence Prémio Talenta

36 GESTÃO E CONSERVAÇÃO

Projetos de Conservação em Terrenos Privados - Parceria MONTIS

40 BIOINDÚSTRIA

DxHub Inovação em diagnóstico One Health - Parceria P-BIO

44 BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS

Margens e Zonas Não Cultivadas da Parcela [Nº 17]

46 BIODIVERSIDADE

Aves 'Jardineiras' ajudam a preservar a Floresta Laurissilva - Parceria SPEA

48 ESPAÇO EMPRESARIAL

ÁGUA QUE UNE

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A GESTÃO DA ÁGUA

A CAP aplaude, mas com cautela, o projeto Água que Une - Estratégia Nacional para a Gestão da Água apresentado pelo primeiro-ministro, Luís Montenegro. A consulta pública terminou a 25 de abril.



Convidada para a cerimónia, que se realizou em Coimbra a 9 de março, a Confederação dos Agricultores de Portugal saudou a iniciativa, especialmente pelo mérito do grupo de trabalho que apresentou uma estratégia que pensa a gestão da água numa perspectiva global e abrangente a todo o país.

“Portugal não tem falta do recurso água, mas sim uma enorme falta de gestão desse recurso. A água é de todo o país e para todo o país. E esta visão de que onde há água há economia, onde há água há pessoas, oportunidades e desenvolvimento é a visão certa”, e tem sido desde há muito a posição da CAP sobre esta matéria, agora de novo, reafirmada pelo seu presidente.

“Esta decisão e o conjunto de investimentos que lhe está associada, assim como a visão de uma gestão integrada, merece total apoio por parte dos agricultores portugueses, independentemente dos Governos que o venham a concretizar” declarou, sublinhando, contudo, que “ficar na gaveta ou dependente de

ciclos políticos, isso é que não pode acontecer. A CAP apela, desde já, para que a mesma seja efetivada”, sustentou Álvaro Mendonça e Moura.

Com quase 300 medidas a implementar, algumas das quais até 2050, Água que Une prevê a construção de novas barragens, redução de perdas nos diferentes sistemas e, como último recurso, interligação entre bacias hidrográficas, pelo que o anunciado investimento de 5 000 milhões de euros em infraestruturas e tecnologia é “muito expressivo, mas totalmente justificado” no entender da CAP “em nome da sustentabilidade e da coesão territorial”.

É indispensável dispor de montante robusto que, associado a uma visão integrada da gestão da água e com um modelo de governação que considere o país como um todo possa, finalmente, garantir o desenvolvimento da agricultura e do país de uma forma mais homogénea e equitativa.



Créditos: portugal.gov.pt
Primeiro-ministro Luís Montenegro, ministros do Ambiente e Energia, Maria da Graça Carvalho, e da Agricultura e Pescas, José Manuel Fernandes, na apresentação da Estratégia Nacional «Água que Une»

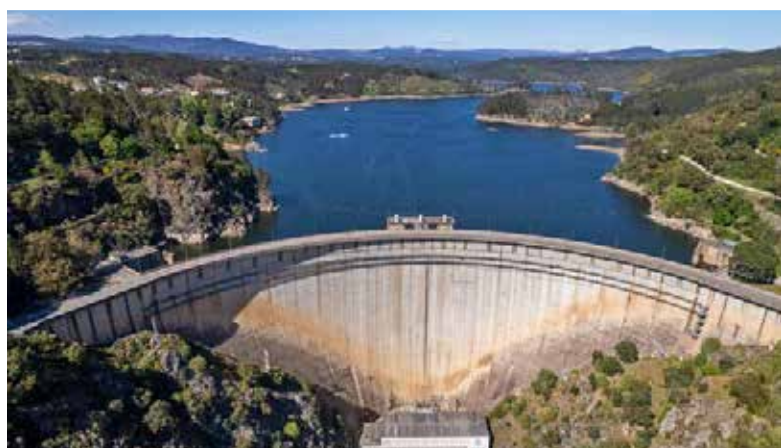
CONSULTA PÚBLICA TERMINOU A 25 DE ABRIL

A consulta pública decorreu durante um mês, entre 25 de março e 25 de abril (participa.pt) seguindo-se agora à análise dos contributos, antes da fase de conclusão.

Como descrito na introdução da consulta pública, a Estratégia Água que Une representa “um compromisso nacional para garantir uma gestão mais eficiente, resiliente e inteligente dos recursos hídricos em todo o país, conciliando as necessidades da agricultura, do ambiente e da população, através de uma abordagem multissetorial, visando promover a coesão territorial e permitir que Portugal esteja mais bem preparado para enfrentar as alterações climáticas, garantido a sustentabilidade das massas de água, o bem-estar da população e a viabilidade dos setores económicos.”

A Estratégia é o resultado multidisciplinar desenvolvido pelo Grupo do Trabalho criado em julho de 2024, composto pela Águas de Portugal, Agência Portuguesa do Ambiente, Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural e Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva.

Pretende dar suporte à revisão do Plano Nacional da Água (PNA 2025-2035) e à criação do Plano de Armazenamento e Distribuição Eficiente de Água para a Agricultura (Plano REGA), assim como a articulação com outros instrumentos já em vigor, como por exemplo o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais (PENSAARP 2030) e outros em desenvolvimento ou em revisão.



Mais informação: aguaqueune.pt





“Os primeiros ecologistas de uma área, de um país, de um continente, são vocês. Aqueles que estão na dança, aqueles que estão dentro: as pessoas que trabalham com animais, com plantas, que vivem juntas dia a dia e sabem sobre os seus problemas e as suas realizações. Ao vivo olhando para o céu, sejam poetas da terra”.

Papa Francisco (1936-2025)
Audiência com agricultores espanhóis da ASAJA
Biblioteca do Vaticano, 13 de maio de 2023

“O governo apresentará a eleições, ou em qualquer outro cenário, o seu melhor. E o que é o melhor para o país”

Hugo Soares, Líder parlamentar do PSD, Diário de Notícias, 06/03/2025

“O PS não queria crise política, mas está preparado, como sempre, para eleições”

Alexandra Leitão, Líder parlamentar do PS, Diário de Notícias, 06/03/2025

“Hoje já é possível dizer que a minoria dos cidadãos e a minoria dos eleitores portugueses governam o país. A maioria dos cidadãos desinteressa-se já da política e da democracia”

António Barreto, Sociólogo, Diário de Notícias, 28/03/2025



“O nosso país teve uma resposta altamente positiva e forte face a uma circunstância que foi grave, inédita e inesperada [o apagão elétrico em Portugal e Espanha no dia 28 de abril]. (...) O Governo decidiu solicitar à Agência de Cooperação dos Reguladores de Energia da União Europeia a realização de uma auditoria independente aos sistemas elétricos dos países afetados para o apuramento cabal das causas que estiveram na origem desta situação. Não vamos poupar esforços no esclarecimento dos portugueses perante um problema sério que não teve origem em Portugal.”

Luís Montenegro, Primeiro-ministro
Conselho de Ministros Extraordinário
Conferência de imprensa, 29/04/2025

“Nem o jornalismo, nem o país, nem o mundo, nem a vida são o que já foram. Nós, os jornalistas, os portugueses, cidadãos europeus. A mágoa permite a dúvida: «ce fut plus beau parce que ce fut inutile?»

Maria João Avillez
Observador, 12/03/2025

“O que vivemos não se presta a comparações”

Amin Maalouf, Escritor
Expresso, 18/04/2025

“Não se pode governar a qualquer custo e com qualquer pessoa”

Isabel Díaz Ayuso
Presidente da Comunidade de Madrid
Expresso, 18/04/2025



“Este Plano [de Intervenção para a Floresta] não servirá para qualquer alteração relevante na doutrina de gestão de fogo do país, pelo que os resultados políticos serão os habituais: um monte de dinheiro atirado para cima do problema”

Henrique Pereira dos Santos, Arquiteto paisagista, Observador, 01/04/2025

“Imigrantes a mais? Faltam 135 mil trabalhadores em Portugal”

Visão, 17/04/2025



"Vem aí a era dourada da América. As tarifas promoverão emprego, segurança interna e tornarão a América grande outra vez"

Peter Navarro, Conselheiro Sénior da Casa Branca, Fox News, 02/04/2025

"Navarro é um propagandista. Estas tarifas terão um impacto profundo na vida dos americanos, que começarão a pagar muito mais pelos bens que consomem"

Michael Boskin, Economista e professor em Stanford, Expresso, 04/04/2025

"A única forma de garantirmos a paz é estarmos preparados para a guerra. É o que está em causa. Eu não pensava, há algum tempo, que estava a jogar-se também aqui o futuro dos meus filhos e dos meus netos"

Durão Barroso

Ex-presidente da Comissão Europeia,
Ex-primeiro-ministro
Academia Militar, 22/04/2025

"Estamos a viver os tempos mais importantes e perigosos. Não preciso de descrever a natureza grave das ameaças que enfrentamos. Ou as consequências devastadoras que teremos de suportar se essas ameaças se concretizarem"

Ursula von der Leyen

Presidente da Comissão Europeia
04/03/2025

"Nós, mais de 450 milhões de habitantes [EU] estamos a pedir a um país de 352 milhões [EUA] para que nos defenda de um país de 140 milhões [Rússia]. Sem defesa comum, a Europa deixa de existir no mundo"

Mariano Rajoy

Ex-primeiro-ministro de Espanha,
Ex-presidente do Partido Popular
Expresso, 03/04/2025



"A América não é o Canadá. E o Canadá nunca, nunca, será parte da América, de forma alguma."

Mark Carney

Primeiro-ministro do Canadá
Diário de Notícias, 14/03/2025

"Não, Mr. Trump. A China não está isolada, porque V. Exa. fez o favor de colocar quase toda a gente contra si e a maior democracia do mundo"

Henrique Monteiro, Expresso, 11/04/2025

"Os italianos têm períodos de cura com governos técnicos - foi o que aconteceu com Mário Draghi"

Miguel Poiates Maduro, Ex-ministro da Presidência do Governo de Passos Coelho
Podcast: Porque falha o Estado, 07/04/2025

"Os franceses, à esquerda e à direita, costumam sair à rua provocados (...) Agora que mais uma vez milhões de franceses, um terço do eleitorado, se veem marginalizados através da sua candidata [Marine Le Pen condenada e inelegível], ficarão em casa?"

Jaime Nogueira Pinto, Historiador, Diário de Notícias, 04/04/2025

"Os países europeus estão entre um terramoto geoeconómico americano, a vaga das exportações chinesas e o vulcão militar russo" (...) "É neste contexto internacional que Portugal terá eleições legislativas e presidenciais. Temos de perceber bem o verdadeiro problema"

Jaime Nogueira Pinto, Expresso, 11/04/2025

"Trump está a destruir a uma velocidade vertiginosa a ordem liberal com que Roosevelt sonhou em plena II Guerra"

Teresa de Sousa, Jornalista, Público, 06/04/2025

"Portugal não responde às tarifas de Trump? Isto não é um circo de vaidades para mostrar quem é o mais rápido"

Pedro Reis, Ministro da Economia
Expresso, 11/04/2025



CAP ADOTA NOVA IDENTIDADE VISUAL



No ano em que assinala o cinquentenário, a CAP adota uma nova identidade visual com a reconfiguração do logotipo da Confederação.

BREVE HISTÓRIA DO NOSSO LOGOTIPO

O logotipo é uma peça fundamental para a afirmação de uma marca, entidade ou empresa, uma vez que funciona como sua identidade visual. É através dele que são transmitidos os valores e a personalidade da empresa, que se comunica 'quem é' e 'o que representa', facilitando o reconhecimento público e a diferenciação face a outras marcas/empresas ou entidades concorrentes.

Em 50 anos, entre 1975 e 2025, a Confederação dos Agricultores de Portugal alterou o logotipo nove vezes, entre modificações mais subtis ou mais radicais, de acordo com o crescimento da organização e a possibilidade de contratar profissionais de arte e design.

Durante os primeiros 25 anos, o logotipo pouco mudou: basicamente passando do preto e branco (e já era difícil ter dinheiro para a tinta preta) para uma paleta de cores que incluiu, na coroa de louros, o verde pleno ou em gradiente, e o amarelo-dourado das espigas.

A primeira mudança significativa ocorre em 2000, durante a celebração dos 25 anos CAP e, desde então, sempre com o contributo de profissionais de design.

Surge então um logotipo diferente, que opta por manter a coroa de louros, mas dentro da qual surgem agora três elementos em movimento, nas cores azul, castanho e amarelo, representando água, terra e sol.

Só em 2005, uma nova mudança retira a coroa de louros, mas mantém as espigas, agora assentes sobre os três elementos primordiais.

Em 2011, já a preparar a celebração dos 40 anos (em 2015), é feita uma nova alteração, desta vez mais disruptiva. A mancha torna-se horizontal, sem espigas nem várias cores, para se concentrar no acrónimo CAP, estilizado num tipo de fonte tipográfica limpa e forte, sem serifas, onde domina o preto, apenas cortando o traço da letra A do acrónimo CAP, substituído por uma pequena folha verde estilizada.

Assim ficará durante catorze anos.

LOGOTIPO CAP 2025

Em 2025, a completar 50 anos, a Confederação considerou ser o momento certo para atualizar o logotipo, com uma imagem mais atual e consistente, capaz de reforçar a perceção do público em relação à CAP.

À procura de reforçar o seu posicionamento no século XXI, o novo logotipo que vos apresentamos será a identidade da CAP a partir de agora, no contexto de um processo estratégico que busca renovar e transmitir uma mensagem de estabilidade e fortalecimento da organização junto do sector, mas também do cidadão, do consumidor, da sociedade.

“O rebranding do símbolo da CAP reforça as letras principais (AP) como essência do novo logotipo, incluindo uma tipografia com uma expressão mais arredondada, orgânica e natural, e conjugando a cor verde da identidade anterior com um azul, esverdeado, mais escuro, ligado às cores do céu e da água, sugerindo sobriedade e confiança”, explicam os criativos.

“A nova imagem inspira os conceitos de modernidade, personalidade forte, elegância e simplicidade, espelhando os valores da confiança e da robustez e, ao mesmo tempo, mantendo-se próxima, afável, orgânica” concluem.

A nova imagem gráfica da Confederação será adotada a partir de maio na generalidade dos seus suportes visuais e de comunicação. 



CONFEDERAÇÕES EMPRESARIAIS

**EXIGEM DEBATE SOBRE OS PROBLEMAS REAIS DO PAÍS
NA CAMPANHA PARA AS LEGISLATIVAS 2025**



No encontro com os jornalistas, as Confederações exigiram debates políticos responsáveis, sem demagogia. (Da esquerda para a direita: Manuel Reis Campos (CPCI), João Vieira Lopes (CCP), Francisco Calheiros (CTP), Armindo Monteiro (CIP) e Álvaro Mendonça e Moura (CAP)).

Face ao momento político actual, as cinco Confederações Patronais promoveram um encontro com a comunicação social na Culturgest, para apresentar ao país as propostas que esperam ver debatidas durante a campanha eleitoral, as quais refletem as posições da CAP, CCP, CIP, CPCI e CTP.

Num cenário de novo período de campanha eleitoral após um curto período governativo, com eleições marcadas para o próximo dia 18 de maio, em contexto de conjuntura adversa com variáveis exógenas difíceis de controlar, torna-se premente centralizar o foco e a responsabilidade no que é manifestamente importante para alavancar o país do ponto de vista económico e social.

O debate político centrado na agenda eleitoral deverá ter como matriz a resolução dos verdadeiros problemas das empresas e dos cidadãos, num discurso verdadeiro, responsável, construtivo, transparente e gerador de confiança e motivação para os eleitores.

O documento apresentado pelas Confederações Patronais que representam os sectores da Agricultura e Agroalimentar, do Comércio e Serviços, da Indústria, da Construção e Imobiliário, e do Turismo, identifica os principais problemas que afetam o país, as empresas e os cidadãos, os quais a CAP, CCP, CIP, CPCI e CTP esperam ver debatidos durante a campanha eleitoral.

*“Matriz eleitoral
deve ser a resolução
dos reais problemas
das empresas
e dos cidadãos”*

REFORÇO DA CONCERTAÇÃO SOCIAL

A concertação social é um espaço onde é possível construir soluções em inúmeras áreas de desenvolvimento económico e social que o país necessita. Temos um modelo institucional de concertação bastante mais desenvolvido que outros países europeus, e esse facto têm-se revelado uma vantagem em momentos difíceis ou quando são necessárias reformas mais profundas. Os Parceiros Sociais têm sido um exemplo ao nível do diálogo social, essencial para a paz social, e dado mostras de grande maturidade institucional ao longo dos anos, o que se demonstra pela concretização de inúmeros Acordos.

É essencial prosseguir o trabalho realizado, desde logo, cumprindo os compromissos de Acordos anteriores que não foram ainda objeto de concretização. Em paralelo, deve consagrar-se uma agenda que responda aos principais desafios do país, desde logo colocando o grande foco no crescimento económico, mas também no envelhecimento da população, a falta de recursos humanos e a legislação laboral, o problema da habitação, entre muitos outros.

INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURAS E NO REFORÇO DA CAPACIDADE PRODUTIVA

Considera-se essencial acelerar o crescimento sustentável e duradouro, sendo fundamental para a sua concretização o aumento do investimento em infraestruturas de acessibilidades, e capacidade aeroportuária (início do processo de construção no NAL- Novo Aeroporto de Lisboa) e ferroviária (interna e externa que permita chegar ao centro da Europa) e executar com rapidez uma estratégia da água que só encontra paralelo na visão transformadora e empreendedora daqueles que pensaram o Alqueva. A prioridade da política económica deve estar focada no investimento, no reforço do nosso PIB potencial, de forma a fomentar a atividade do tecido empresarial, a competitividade e produtividade, criar mais riqueza e novas oportunidades, e garantir melhores salários.

O agudizar da situação internacional torna prioritário o reforço da capacidade produtiva interna, o incremento de melhores condições para aumento de escala de internacionalização das empresas nacionais, e a necessidade de atrair mais e melhor investimento estrangeiro. Deve ser dada particular atenção à participação das indústrias nacionais de defesa no esforço conjunto europeu de velar pela autonomia estratégica da UE, em que a soberania alimentar é condição essencial para a concretização dessa mesma autonomia estratégica. Mais do que nunca o acompanhamento da estratégia europeia é crucial, requer a maior foco e atenção, e deve estar na ordem do dia. Paralelamente deve ser dada especial atenção à resolução das gritantes carências habitacionais, sendo também imperioso avançar no domínio da saúde conjugando a defesa do SNS com um crescente envolvimento do setor privado de forma a assegurar aquilo que em última análise é importante, a saúde dos portugueses.

A crise da habitação exige uma resposta estrutural com o obje-

tivo de construir 59 mil habitações até 2030 (26 mil até 2026, via PRR), é fundamental garantir as condições necessárias para que estas metas sejam efetivamente cumpridas.

O aumento da oferta de habitação, tanto pública como privada, depende de um ambiente favorável ao investimento, de uma carga fiscal adequada, da criação de um mercado de arrendamento equilibrado e estável, e de uma maior celeridade nos processos de licenciamento.

A execução dos investimentos públicos, financiados pelo PRR e pelo PT2030, tem de ser significativamente acelerada, sob pena de se perder uma oportunidade histórica de modernizar o país. Portugal precisa de uma visão de longo prazo e de consensos políticos alargados em torno das grandes obras públicas que permanecem por concretizar, como o novo aeroporto de Lisboa (NAL), a linha de alta velocidade ferroviária e a Estratégia Nacional de Gestão da Água - "Água que Une". Estes projetos são estruturantes para a competitividade nacional, a coesão territorial e a atração de investimento.

REDUÇÃO DA CARGA FISCAL

De acordo com as últimas informações do INE(1), em 2024, as receitas fiscais das Administrações Públicas fixaram-se em 101,8 mil milhões de euros, aumentando cerca de 6,4 mil milhões de euros relativamente a 2023 (variação de 6,7%, em termos nominais). Esta evolução das receitas fiscais refletiu o crescimento da atividade económica, tendo o PIB nominal aumentado 6,4% (1,9% em volume). Como o crescimento nominal da receita fiscal e contributiva (6,7%) foi superior ao do PIB (6,4%), a carga fiscal em percentagem do PIB aumentou 1,1 pontos percentuais, para 35,7% em 2024 (35,6% no ano de 2023), sendo a segunda maior desde o ano de 2010.

Os últimos indicadores económicos dão sinal de que existe margem para a redução da carga fiscal para as empresas, tão necessária para revitalizar a sua atividade.

1 Redução da taxa do IRC e da derrama estadual

Ambientes fiscais mais favoráveis para as empresas materializados atra-vés da redução das taxas do IRC potenciam o crescimento económico, a criação de emprego e a atração do investimento. Assim quanto às taxas normais do IRC deve reduzir-se a taxa normal do IRC para 17% e para 15%

Para além disso, na perspetiva da eliminação progressiva da derrama estadual, propõe-se que se dê início ao processo de reversão do aumento da derrama estadual

2 Tributações autónomas

As estatísticas conhecidas apresentam uma arrecadação da receita de 624 milhões de euros, em 2023. A sua eliminação representaria, por si só, uma redução da taxa efetiva de tributação sobre as empresas de quase dois pontos percentuais. É muito relevante!

Além disso, essa tributação é particularmente gravosa no que concerne a empresas que apuram prejuízos fiscais. **Neste sentido deve ser revogado o n.º 14 do artigo 88.º do CIRCI.**

(1) INE - Procedimento dos Défices Excessivos, 26 de março de 2025



3 IVA - Imposto sobre Valor Acrescentado

Sendo um IVA o imposto de maior expressão, tendo atingido em 2024 a nível da receita fiscal 24.151,5 milhões de euros, mais 629,7 milhões de euros (+2,7%) em relação ao ano de 2023, pelo impacto significativo que tem no consumo e no investimento, reverte-se da maior importância o seu acompanhamento constante e estudo de avaliação da sua redução em alguns setores de atividade decisivos para o crescimento económico e equilíbrio social. Também em relação ao âmbito do IVA, é essencial diminuir o número de empresários que liquidam valores reduzidos de IVA e cujas obrigações declarativas e de liquidação do IVA constituem custo do contexto atendendo à sua dimensão e estrutura, aumentando para o efeito o limiar do regime especial de isenção previsto no artigo 53.º do Código do IVA, para 85.000 euros, aplicando-se o limite definido pela Diretiva IVA.

4 Habitação

A carga fiscal incidente sobre o setor da habitação é excessiva e compromete seriamente a acessibilidade das famílias à habitação. O peso acumulado do IVA (à taxa máxima), IMT, IMI, AIMI, imposto do selo, IRC, IRS e taxas municipais supera os 40% do custo total.

A aplicação da taxa reduzida de IVA a todas as obras de reabilitação urbana de habitação, independentemente da localização do imóvel, deve constituir uma prioridade fiscal e política, como forma de incentivar a regeneração urbana e contrariar a subida do preço das casas.

O artigo 234.º da Lei OE 2024 introduziu a isenção de IRS e de contribuições para a segurança social dos rendimentos de trabalho em espécie que resultem da utilização de casa de habitação permanente localizada em território nacional, fornecida pela entidade patronal, referentes ao período compreendido entre 1 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2026. Propõe-se o prolongamento desta medida por um período de mais 5 anos, e uma simplificação em relação ao referencial limite isenção de IRS e de contribuições para a segurança social de forma que o benefício possa ser ágil na sua aplicação e operacionalização.

5 Agenda para a Simplificação Fiscal

No dia 27 de março foi publicado o Decreto-Lei n.º 49/2025 das medidas de simplificação fiscal, com a introdução de mais de 20 medidas, 12 das quais incluídas no pacote de 30 medidas da Agenda para a Simplificação Fiscal, devendo ser dada a continuidade na implementação das medidas em curso.

Deverá existir o alinhamento estratégico das medidas de simplificação fiscal com as medidas de reforma da administração pública, nomeadamente na qualidade nos serviços prestados aos cidadãos e às empresas.

Deve ser feita a articulação com os trabalhos da Comissão para a Revisão do Processo e Procedimento Tributário (CPPT) e das Garantias dos Contribuintes e com o trabalho da Unidade Técnica de Avaliação de Políticas Tributárias e Aduaneiras, da Autoridade Tributária, criada pelo Decreto-Lei n.º 19/2024, de 2/02, com a missão de assegurar a avaliação das políticas tributárias e aduaneiras e, em especial, a avaliação dos benefícios fiscais no âmbito do sistema fiscal português, contribuindo para a transparência da avaliação da despesa fiscal.

“Confiança e motivação dos eleitores dependem do discurso político responsável e construtivo”

MERCADO DE TRABALHO

O ordenamento juslaboral deveria aproximar-se mais das exigências ditadas pelos imperativos de aumento da produtividade e pela competitividade requerida às Empresas portuguesas, aos seus titulares-Empregadores e aos Trabalhadores que são sua parte integrante.

As alterações ocorridas nos últimos anos em matéria de legislação laboral retiram qualquer flexibilidade às empresas em especial no que se refere aos mecanismos de contratação e à organização do tempo de trabalho.

Neste contexto, devem ser criadas condições para reverter algumas das alterações introduzidas na Agenda do Trabalho Digno, nomeadamente a proibição de recurso ao outsourcing - novo artigo 338.º-A do CT, o alargamento do direito à atividade sindical na empresa, na qual não existam trabalhadores filiados (artigo 460.º, n.º 2), mais concretamente na remissão para o direito a instalações (artigo 464.º), bem como outras matérias por muitos consideradas inconstitucionais.

Justifica-se ainda a Revisão do Regime Jurídico da Transmissão de Estabelecimento, introduzido pela lei 14/2018, tendo em consideração que a Lei 14/2018 não efetua qualquer distinção entre os tipos de transmissão que podem ter lugar;

No plano de diálogo permanente e construtivo considera-se relevante atender à natureza sazonal do emprego nas atividades afetadas, às condições de trabalho consoante o tipo de atividade, à formação e qualificação, agilização de medidas para suprir a falta de mão de obra, tendências tecnológicas e aos aspetos de conciliação entre trabalho e vida pessoal.

REFORMA DO ESTADO E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

Na Administração Pública exige-se uma verdadeira reforma, que vá para além da digitalização dos processos, com o objetivo da simplificação, incluindo o quadro normativo e administrativo. Os diversos quadros regulamentares e os inúmeros procedimentos de natureza administrativa, associados ou não a licenciamentos, que impendem sobre as empresas e que obrigam ao relacionamento com um conjunto diversificado de organismos da administração pública, resultam numa malha complexa, morosa e paralisadora da atividade e dos investimentos. O funcionamento do Estado não pode ser um entrave à atividade das empresas.

Por outro lado, é urgente ver os resultados dos trabalhos da comissão para a elaboração do Regime Geral de Taxas da Administração Pública constituída em 4/09/2024.

Um dos principais desafios enfrentados pelas empresas, especialmente as micro, pequenas e médias empresas, é o aumento alarmante dos encargos administrativos impostos pelas legislações nacionais e da UE. Embora alguns objetivos possam ser justificáveis (por motivos de transparência, por exemplo), as regulamentações impõem frequentemente custos significativos e problemas administrativos e logísticos para as empresas. Além disso existem diversas questões que levam à conclusão de que o efeito cumulativo destas obrigações pode ter - e têm - impactos práticos significativos e reais, que resultam em tensões desproporcionadas(2).

(2) Exemplo: Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC) / Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC).

O MENAC adotou um entendimento que claramente extravasa o previsto na lei ao prever que "(...) no caso das entidades privadas abrangidas entende o MENAC, para melhor concretizar as suas competências de fiscalização, notificar todas, públicas e privadas, no sentido de se registarem na Plataforma RGPC e remeterem para análise toda a informação sobre cumprimento normativo, no âmbito das competências anteriormente referidas de planeamento do controlo e fiscalização do RGPC."

Tomar conta do seu risco é da nossa natureza



Soluções à medida



Seguro de colheita



Cobertura de preço

A Atlas é uma MGA especializada no sector agrícola que desenha e entrega soluções adequadas às reais necessidades dos agricultores, no âmbito da gestão de risco da sua actividade.

Trabalhamos em parceria com Somp International.
Saiba mais em www.atlasmga.com

Rua Joshua Benoliel 1, 4ºC 1250-273 Lisboa
info@atlasmga.com - + 351 213 186 217



DEMISSÃO DO XXIV GOVERNO

PRESIDENTE MARCA
ELEIÇÕES LEGISLATIVAS
PARA 18 DE MAIO



Março não é mês de bons augúrios para quem governa e isso mesmo confirmou Luís Montenegro, cujo Governo não conseguiu completar o primeiro ano, dos quatro do seu mandato, iniciado a 2 de abril de 2024.

Em menos de duas semanas, o XXIV Governo foi sujeito a duas moções de censura, uma do Chega e outra do PCP, tendo ambas sido chumbadas. Contudo, na sequência dessas iniciativas, o primeiro-ministro considerou fundamental que o Parlamento se pronunciasse sobre uma moção de confiança ao Governo. E assim se instalou em Portugal uma inesperada crise política: a moção de confiança foi rejeitada, o XXIV Governo Constitucional demitido, o Presidente da República, chamado a tomar as decisões, optou pela dissolução do Parlamento e a antecipação das eleições legislativas para 18 de maio de 2025.

Correspondentes a um mandato de quatro anos, apenas as legislativas para 2015-2019 chegaram se completou. O presidente Marcelo Rebelo de Sousa já dissolveu o Parlamento três vezes, levando à antecipação de eleições legislativas em 30 de janeiro de 2022, 10 de março de 2024 e, agora, 18 de maio de 2025.

Estas últimas foram comunicadas pelo Chefe de Estado ao país a 13 de março, ressaltando que “o delicado estado do Mundo, recomenda estabilidade e não crises nem sobressaltos que atrasem o que é urgente fazer e fazer bem.”

O Presidente da República fez questão de partilhar a sua preocupação com “o rumo e o tom que a campanha eleitoral pode assumir”, traduzido na necessidade de impor “um debate eleitoral claro, frontal, esclarecedor, mas sereno, digno, elevado, tolerante, respeitador da diferença e do pluralismo. Que fortaleça, não enfraqueça a Democracia. Não abra, ainda mais, a porta a experiências que se sabe como começam e se sabe como acabam.”

A campanha eleitoral decorre entre 4 e 16 de maio. 🍃



Cofinanciado pela
União Europeia

FNIA 25

Biosoluções,
um passo em frente
na agricultura.

7a 15 de junho

Feira Nacional de Agricultura
Feira do Ribatejo


CNEMA
Santarém



CAP EXIGE AÇÃO DO GOVERNO

**NA GUERRA
DE TARIFAS ENTRE
UNIÃO EUROPEIA
E ESTADOS UNIDOS**

Em março, o presidente Donald Trump ameaçou a União Europeia com a aplicação de tarifas de 200% sobre os vinhos com origem nos Estados-Membros. A CAP emitiu, de imediato, um comunicado* sobre o ataque ao vinho português, que partilhamos em seguida.



Perante a forma como estes temas sido tratados pela Administração norte-americana - sem qualquer estudo ou fundamentação que os suportem - a CAP contrapõe as regras de comércio internacional e a existência da Organização Mundial do Comércio para resolver diferendos entre os Estados-Membros.

A Confederação entende que a União Europeia não pode assistir impávida à imposições de tarifas aduaneiras por qualquer Estado e deve responder de forma rápida, proporcional e inteligentemente a quaisquer ataques aos seus interesses. É imperioso estabelecer um diálogo com firmeza.

Quanto ao Estado português e na estrita defesa do livre comércio, a CAP instiga o Governo para que proteja, ativamente, as diversas fileiras exportadoras, tendo em conta que só na fileira do vinho existem mais de 300 mil operadores em todos os elos da cadeia de valor, desde a produção à venda, pelo que toda a fileira perde com a degradação das condições comerciais e de mercado.

Na questão particular do vinho, ao conhecer a ameaça de 200% de taxa aduaneira a Confederação propôs duas medidas:

1 Agir junto da Comissão Europeia para que sejam analisadas com a maior rapidez as justificações para a escolha do Bourbon como resposta a taxas sobre o alumínio. Retaliações baseadas em critérios que elegem outras categorias de produtos, neste caso as bebidas, podem abrir caminho para ameaças de novas tarifas para novos produtos. Retaliar sem cuidar das consequências para a economia e para a sociedade é algo que, em absoluto,

tem que ser evitado por quem nos governa, em Portugal e em Bruxelas. Nesse sentido, o Governo português deve contribuir para minimizar esta situação, exigindo de Bruxelas uma reponderação cuidadosa dos produtos abrangidos.

2 Elaborar um plano robusto de reforço financeiro para a promoção dos vinhos portugueses para que as empresas possam ter capacidade de ganhar quota em mercados alternativos de exportação, sendo que as exportações de vinho para o mercado norte-americano representaram cerca de 100 milhões em 2024. Sem prejuízo da situação das tarifas UE/EUA poder vir a ser pontualmente resolvida, não existem quaisquer garantias de que o problema não regresse ainda com mais força. Lidar com a imprevisibilidade obriga a agir de forma hábil e célere e o Governo tem, por isso, a obrigação de facilitar a abertura de mercados alternativos para as exportações de vinho portugueses. Isso faz-se com o reforço de verbas para a promoção para que as Associações e os empresários possam fazer aquilo que sempre fizeram em momentos de crise e de dificuldade: procurarem mercado para continuarem a estar em atividade, assegurando emprego e a criação de riqueza.

É entendimento da CAP que o Governo, apesar de demissionário, possui todas as competências e condições para, num prazo curto, apresentar um plano robusto de reforço de verbas para a promoção do setor do vinho português nos mercados externos.

Comunicado da CAP, 14/03/25



GOVERNO ANUNCIA PROGRAMA REFORÇAR



Após o Conselho de Ministros de 10 de abril, o primeiro-ministro anunciou o Programa Reforçar como resposta “às tarifas impostas por Donald Trump” (entretanto suspensas por 90 dias), composto por “um conjunto de medidas destinadas a apoiar a competitividade das empresas, a exportação e a internacionalização da economia portuguesa, em resposta aos desafios colocados pelo contexto internacional”, frisou Luís Montenegro. O Reforçar “prevê a mobilização de até 10 mil milhões de euros, através de instrumentos financeiros dirigidos a empresas com atividade exportadora e internacionalizada, com especial atenção à diversificação de mercados” esclarece o site oficial do Governo. As principais medidas aprovadas são:

- Reforço das linhas de financiamento do Banco Português de Fomento (BPF), com um total de 5 185 milhões de euros destinados a fundo de maneo e investimento empresarial;
- Nova linha de financiamento no valor de 3 500 milhões de euros, incluindo 400 milhões em subvenções, orientada para o investimento de empresas exportadoras;
- Reforço dos plafonds de seguros de crédito à exportação, no valor de 1 200 milhões de euros, para apoiar a diversificação de mercados, através da Agência de Crédito à Exportação do BPF;
- Novo programa de incentivos no âmbito do Portugal 2030, no valor de 200 milhões de euros, para apoio à internacionalização e exportação. Deste montante, 150 milhões destinam-se especificamente a pequenas e médias empresas.

O Programa será ainda “complementado por avisos de candidatura a lançar em 2025, no valor de 2 640 milhões de euros, no âmbito do Portugal 2030 e do PRR, com destaque para áreas como inovação, descarbonização, qualificação e investimento produtivo”, confirma a página www.portugal.gov.pt

Para a implementação do Programa será criado um Grupo de Trabalho interministerial, com coordenação do Banco Português de Fomento.

N.R.: PONTO DA SITUAÇÃO A 10 DE ABRIL DE 2025

O segundo mandato do presidente Donald Trump na Casa Branca tem sido marcado, desde o início e a um ritmo quase diário, por uma crescente imposição de taxas aduaneiras sobre os produtos que entram nos EUA. Atingindo valores exorbitantes e imprevisíveis, a Guerra de Tarifas tem criado desconfiança e instabilidade no comércio mundial que, entre ameaças e retaliações, procura entender a crescente agressividade, particularmente em relação à China e à União Europeia.

Um dos momentos marcantes ocorreu quando, a 2 de abril, o presidente Trump divulgou a lista de dezenas de países sujeitos à aplicação “Tarifas Recíprocas”, a que escaparam: Rússia, Bielorrússia, Coreia do Norte, Seychelles, Somália, Burkina Faso, Cuba, Palau, Vaticano, e o México e o Canadá porque abrangidos por acordos diferenciados. Dias depois, num novo episódio surpreendente, o presidente decretou “a suspensão de 90 dias” dessas Tarifas Recíprocas e a aplicação “uniforme e imediata” de taxas de 10%. Exceção para a China, cujos produtos foram taxados em 124% também “com efeito imediato”. Pequim retaliou com o aumento para 84% sobre os produtos provenientes dos Estados Unidos.

Entregue as embalagens vazias

de produtos fitofarmacêuticos, biocidas,
sementes, fertilizantes, rações e batata
de semente num ponto de retoma Valorfito.

Faça como a Família Prudêncio®



Informe-se em www.valorfito.com
ou num Ponto de Retoma Valorfito.

SIGERU . Sistema Integrado de Gestão de Embalagens
e Resíduos em Agricultura, Lda.

R. General Ferreira Martins, nº 10 - 6º A . 1495-137 Algés
T. +351 214 107 209 // contacto.valorfito@sigeru.pt

VISITA A PRODUTORES DE BIOMETANO EM FRANÇA

Grupo de empresários e técnicos portugueses foram conhecer a relevância da produção de biometano em França



Promovida pela Floene, o maior operador de distribuição de gás natural em Portugal, e em parceria com a GRDF – Gaz Réseau Distribution France, a sua congénere francesa, a CAP esteve em França numa visita de trabalho sobre a produção de biometano.



Cofinanciado pela
União Europeia

Organizada entre 24 e 26 de fevereiro, a acção envolveu empresários de referência do setor agrícola, para além dos técnicos da CAP, e teve como objetivo aprofundar o conhecimento sobre o potencial do biometano como solução energética renovável e o potencial do setor agrícola como fornecedor de subprodutos e resíduos orgânicos utilizados na produção deste gás, de que resulta ainda um digerido, passível de utilização enquanto matéria fertilizante.

É de sublinhar esta dupla vertente associada ao processo, em que a par da produção de energia renovável é produzido o digerido, o que apresenta benefícios ambientais indiscutíveis como a redução da dependência de combustíveis fósseis e a redução das emissões de gases com efeito de estufa. O setor agrícola surge no início da cadeia de valor enquanto potencial fornecedor de matéria-prima e, no final, enquanto potencial utilizador do digerido, num claro exemplo de economia circular. França dispõe atualmente de mais 700 Unidades de Produção a injetar biometano na rede de distribuição de gás, mais de 90% funcionando com base em matérias-primas agrícolas e agroindustriais. As Unidades de Produção visitadas utilizam uma diversidade de matérias tais como efluentes pecuários, culturas secundárias, restos de culturas, frutas e legumes não destinados a comercialização, subprodutos e resíduos agroindustriais, bem como culturas energéticas (com um limiar máximo admitido). A visita foi também um importante passo para a CAP poder aprofundar conhecimentos sobre políticas públicas de incentivo à produção de biometano, que em França foram determinantes para o seu desenvolvimento.

PLANO NACIONAL PARA O BIOMETANO

Há uma oportunidade de utilização de subprodutos e resíduos agrícolas e agroindustriais na produção de biometano, que deve ser potenciada em Portugal. Neste sentido foi aprovado um Plano de Ação para o Biometano (PAB), assente em 20 linhas de ação destinadas a promover a utilização de biogás e biometano provenientes de resíduos, no esforço nacional de descarbonização dos consumos energéticos.

Numa primeira fase, até 2026, estão previstas medidas para iniciar a produção e o fornecimento do gás renovável, principalmente a partir de resíduos urbanos e de unidades de produção no setor agropecuário e agroindustrial. Na segunda fase, entre 2026 a 2040, estão previstas medidas de médio prazo centradas na consolidação do mercado e no aumento da escala de produção de biometano.

Foi criado um Grupo de Acompanhamento, que a CAP integra, que funcionará como um fórum para o desenvolvimento de iniciativas essenciais à concretização da produção deste gás renovável, nomeadamente nos aspetos legislativos e regulamentares e nos mecanismos de incentivo.

Até maio, deve ser apresentado um cronograma detalhado para as linhas de ação previstas no Plano Nacional para o Biometano, "incluindo priorização de medidas, distribuição de competências pelas entidades representadas e identificação de recursos necessários para a sua concretização". Até 31 de dezembro de 2026, será apresentada uma proposta de revisão do Plano de Ação para o Biometano, data em que o Grupo cessará as suas funções.



**GRUPO
VALOURO**
www.grupovalouro.pt

UM FUTURO SUSTENTÁVEL

#alimentaçãosaúdavel #inovação #energiaverde #economiacircular



societade
pontoverde

Recycle sempre

Avibon
Sabe tão bem!

AVIBUR
EMPRESA AVÍCOLA DO CAMA, LDA.

CRIZAVES
CENTRO DE ANÁLISES E SAÚDE

distribuit

Interaves
de produção integrada

Kilom



RAÇÕES VALOURO S.A.



SOLARA



Álvaro Mendonça e Moura assina o Protocolo em nome da Confederação dos Agricultores de Portugal na cerimónia onde discursará em nome das Confederações Patronais.



VIA VERDE PARA A CONTRATAÇÃO

PROTOCOLO PARA A MIGRAÇÃO LABORAL REGULADA

Portugal tem 1 546 521* cidadãos estrangeiros.
Porém, vive uma crise de escassez de mão-de-obra que afeta todas as áreas económicas e vem crescendo há anos sem especial intervenção do Estado.

Finalmente, no dia 1 de abril, a CAP e outras quatro confederações empresariais assinaram com o Governo o Protocolo para a Migração Laboral Regulada.
Em funcionamento desde o dia 15 de abril, a Via Verde para a Contratação de trabalhadores de países terceiros à União Europeia configura um processo de emissão de vistos em 20 dias após a submissão do pedido, e da documentação e da entrevista ao candidato.

*AIMA - Relatório Intercalar da sobre População Estrangeira em Portugal, abril 2025

OBJETIVO DO PROTOCOLO

A crueza dos números confirma a falta crónica de trabalhadores para o desempenho de diversas funções no sector agrícola, situação que se tem agravado na última década, mas que também cria grandes problemas, por exemplo, nos sectores da construção e do turismo.

Após vários meses de negociações iniciadas no dia 9 de dezembro de 2024 e promovidas pelo ministro da Presidência, António Leitão Amaro, foi possível fechar, a 1 de abril, o Acordo entre a Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, a AIMA, a Unidade de Coordenação de Fronteiras e Estrangeiros do Sistema de Segurança Interna, o IEFP, e as cinco Confederações Patronais: CAP (Agricultura e Agroalimentar), CCP (Comércio e Serviços), CPCI (Construção e Imobiliário), CIP (Indústria) e CTP (Turismo), denominado Protocolo para a Migração Laboral Regulada.

Simplificado o nome para Via Verde para a Contratação, o Acordo visa acelerar a contratação de trabalhadores estrangeiros provenientes de países terceiros à União Europeia, permitindo um procedimento expedito de emissão de vistos para exercício de atividade profissional subordinada: vistos de estada temporária, trabalho sazonal e vistos de residência, contribuindo para reforçar os canais de imigração regular de trabalhadores.

A emissão de vistos em 20 dias, após a submissão do pedido e da documentação e da entrevista ao candidato a visto, melhorando e reforçando os canais de imigração regular de trabalhadores constitui o objetivo deste acordo.

1 A empresa que pretende contratar os trabalhadores envia para a CAP o pedido de visto individual ou grupal e toda a documentação respetiva (discriminada na página web da Embaixada respetiva), bem como a subscrição de um termo de responsabilidade, que por sua vez o remete para a Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas.

A lista de requerentes de visto deverá incluir para cada um deles, o nome completo, data de nascimento, número e validade de documento de viagem, nacionalidade, país de atual residência e endereço de email;

2 Em seguida a CAP direciona todo o processo (lista de requerentes, documentação respetiva e termo de responsabilidade) para Direção Geral que por sua vez o remete para o Posto Consular respetivo, que procederá ao agendamento da entrevista;

3 O Posto Consular realiza a entrevista presencial com os requerentes de visto e análise da documentação original;

4 A AIMA e a Unidade de Coordenação de Fronteiras e Estrangeiros do Sistema de Segurança Interno emitem os pareceres necessários à concessão dos vistos;

5 Os Postos Consulares tomam as decisões e se as mesmas forem favoráveis, emitem os vistos.

TERMO DE RESPONSABILIDADE A SUBSCREVER PELA EMPRESA

Preenchimento e assinatura do Termo de Responsabilidade constitui uma das formalidades do processo e deve ser assinado pelas pessoas que de acordo com os estatutos da empresa obrigam a entidade, cuja verificação poderá ser efetuada através da disponibilização do Código da Certidão Permanente e data de validade, nos termos que se transcreve no destaque Anexo I.A. (ver página 27).

A entidade que assina o Termo de Responsabilidade responsabiliza-se pelas declarações que subscreve. O incumprimento poderá dar lugar a eventual punição em caso de fraude, falsas declarações ou participação em ilícito criminal. Os compromissos do Termo de Responsabilidade são assumidos pelo período de validade do visto concedido.

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DA CAP

Na Confederação dos Agricultores de Portugal os responsáveis técnicos pelo Projeto são Cristina Morais e Fábio Garcia e o email institucional exclusivamente dedicada a esta questão laboral é: migracoes@cap.pt

ADESÃO DAS EMPRESAS

As empresas do setor agrícola ou agroalimentar que quiserem aderir diretamente ao Protocolo sem mediação da CAP poderão fazê-lo manifestando vontade nesse sentido à AIMA, com conhecimento para a CAP, desde que reúnam os seguintes requisitos cumulativos:





- Empreguem diretamente 150 ou mais trabalhadores;
- Apresentem um volume de negócios igual ou superior a 20 milhões de euros;
- Disponibilizem certidões de não dívida à Segurança Social e Autoridade Tributária;
- Possuam um Código de Certidão Permanente válido.

ENTRADA EM VIGOR E PRODUÇÃO DE EFEITOS

O Protocolo entrou em vigor no dia 1 de abril e os processos de pedido de visto individual ou grupal podem a ser submetidos desde 15 de abril.

ENTIDADES SUBSCRITORAS

CIP - Confederação Empresarial de Portugal
CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal
CTP - Confederação do Turismo Português
CPCI - Confederação Portuguesa da Construção e Imobiliário
DGACCP - Direção Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas
AIMA - Agência para a Integração, Migrações e Asilo
UCFE/SSI - Unidade de Coordenação de Fronteiras e Estrangeiros do Sistema de Segurança Interno
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional

ANEXO I.A.

TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA CONCESSÃO DE VISTO PARA TRABALHADOR SUBORDINADO

*(emitido pela empresa que recruta
ou pela confederação ou associação subscritora
do Protocolo que assume diretamente os compromissos
previstos nos artigos 3.º e 9º)*

No âmbito do Protocolo de Cooperação para a migração laboral regulada celebrado com a AIMA, DGACCP, UCFE/SSI e IEFP, a Entidade Empresarial Subscritora/ Empresa [inserir identificação], assume relativamente aos trabalhadores estrangeiros a recrutar identificados abaixo, os seguintes compromissos:

- Existem e são conformes à lei portuguesa, os contratos de trabalho dos trabalhadores identificados abaixo, com efeitos a partir da data de entrada em território nacional;
- Os trabalhadores identificados abaixo dispõem de cobertura por seguros de saúde e de viagem, de acordo com a legislação em vigor relativamente ao tipo de visto solicitado e com efeitos a partir da data de início de viagem para território nacional;
- A empresa que recruta os trabalhadores abaixo identificados garante, por si ou através de terceiro, o acesso a oportunidades de formação profissional e de aprendizagem da língua portuguesa, a realizar em território nacional ou de origem, conforme plano de formação e ensino da língua apresentado em anexo;
- Os trabalhadores abaixo identificados abaixo têm acesso a alojamento adequado, conforme exigido no Protocolo e demonstrado em Plano apresentado em anexo;
- A empresa que recruta os trabalhadores e os respetivos prestadores de serviços de recrutamento recusam e previnem práticas de exploração laboral, tráfico de seres humanos ou outras que possam lesar os direitos dos trabalhadores recrutados;
- Os trabalhadores a recrutar identificados exercerão funções em território nacional.

Identificação dos trabalhadores estrangeiros a recrutar:

[nome],
[data de nascimento],
[país de origem],
[número de passaporte]

[local e data]

[assinatura e identificação de quem representa
a entidade que subscreve o termo]

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA EM PORTUGAL

Na semana da assinatura do Protocolo para a Migração Laboral Controlada, a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) divulgou o Relatório Intercalar sobre a População Estrangeira em Portugal.

O documento procede à atualização do Relatório de Migração relativo a 2023, tendo em conta a recuperação de processos pendentes, e sublinhando que fim do Regime da Manifestação

de Interesses (03/06/2024) reduziu em 59% o fluxo de entradas de cidadãos estrangeiros em Portugal com vista a obtenção de autorização de residência.

Este Relatório Intercalar estima que o número de estrangeiros em Portugal em 2024 seja de cerca de 1 600 000, corrigindo em alta e acomodando os pedidos de regularização ao abrigo do “regime transitório” face aos dados indicados anteriormente: 1 565 446 no final do 1º semestre e 1 546 521 no final do 2º semestre, conforme se observa no gráfico seguinte.

NÚMERO CORRIGIDO DE CIDADÃOS ESTRANGEIROS EM PORTUGAL



* Número preliminar referente aos dois semestres de 2024 (S1 e S2), devido à inclusão dos dados do regime transitório, cujo número de processos em análise supera os 50 mil pedidos.

Fonte:
AIMA, abril 2025



MENSAGENS E EXPECTATIVAS DAS ENTIDADES PATRONAIS

Álvaro Mendonça e Moura, Presidente da CAP, foi o porta-voz das Confederações Empresariais na cerimónia de assinatura do Protocolo para a Migração Laboral Regulada que se realizou no Palácio das Necessidades, a 1 de abril de 2025. Eis alguns destaques da sua intervenção.

“A falta de trabalhadores em todas as categorias profissionais e contratuais tem afetado nos últimos anos todos os setores da atividade económica portuguesa, correspondendo a uma das condicionantes mais referidas pelas empresas quando questionadas sobre fatores que impedem o crescimento do negócio e consequentemente a sua competitividade. Paralelamente, a economia portuguesa tem continuado a crescer acima da área do euro, tendo o Banco de Portugal avançado com projeções que apontam para um crescimento de 2,3% em 2025”

“Sem a vinda destes trabalhadores estrangeiros, teria sido possível que Portugal tivesse registado os níveis que se verificaram desde 2014. Este é um ponto que quero sublinhar e é muito importante que todos nós o compreendamos”

“Apesar da expressividade destes números, do seu contributo para o crescimento do emprego, para o aumento das receitas da Segurança Social e do IRS, dos vários impostos indiretos, o Estado não conseguiu antever esta realidade, nem sequer adequar os seus recursos humanos à medida das novas exigências, aliado à incapacidade de desenhar programas de habitação adequados à entrada destas novas populações em território nacional”

“O Estado tem explicado a situação com a falta de recursos humanos, nomeadamente os afetos aos postos consulares. Sabemos bem que, em muitos casos, tal corresponde à realidade. Porém, sabemos também que não foi por falta de aviso que tal sucedeu”

“As expectativas são de que este Protocolo seja um virar de página para o que até agora funcionou menos bem. Não poderá haver desculpas para o incumprimento; nem mesmo a falta de trabalhadores da Administração Pública, que terá estado instada, já nesta data, para dar resposta àquilo que o texto prevê”

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE:

A **AIMA** tem por missão a concretização das políticas públicas, nacionais e europeias, em matéria de migração, asilo e igualdade, nomeadamente, emitir parecer relativamente a pedidos de vistos consulares e no âmbito de processos de nacionalidade portuguesa, assumindo também um papel proativo de captação de capital humano. A Agência sucede ao SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) e ao Alto Comissariado para as Migrações, extintos em junho de 2023.

A **DGACCP** tem por missão assegurar a efetividade e a continuidade da ação do Minis-tério dos Negócios Estrangeiros (MNE) nos domínios da atividade consular desenvolvida nos serviços periféricos, concretamente orientar e supervisionar a atividade dos postos consulares que têm, por sua vez, a responsabilidade de concessão de vistos no estrangeiro.

A **UCFE/SSI** é responsável pela coordenação da atuação das forças e serviços de segurança entre si e entre estes e o Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., e a AIMA, assegurando a respetiva cooperação e articulação em matéria de circulação de pessoas, de retorno e de controlo de pessoas na fronteira e, concretamente, pela emissão de informações ou pareceres em matéria de segurança no âmbito de pedidos de concessão de vistos.

O **IEFP** é o serviço público de emprego nacional, que tem por missão promover a criação e a qualidade do emprego e combater o desemprego, através da execução de políticas ativas de emprego, nomeadamente de formação profissional e que participa neste Protocolo de Cooperação com os objetivos de apoiar na identificação das necessidades laborais da economia nacional, no estabelecimento de canais regulares de migração laboral, e fomentar e ministrar formação profissional, na origem e em território nacional, dos trabalhadores estrangeiros. 🌊



Cofinanciado pela
União Europeia

CONCURSO NACIONAL DE JOVENS AGRICULTORES

A Feira Nacional de Agricultura entregará, no dia 12 de junho, o prémio ao vencedor da 12ª edição do Concurso Nacional de Jovens Agricultores.

O período para inscrição no Concurso Nacional de Jovens Agricultores de 2025 já está a decorrer e aberto a todos os jovens agricultores portugueses que desejem apresentar um projeto inovador e sustentável.

Com mais de uma década de existência, o Concurso Nacional de Jovens Agricultores é atualmente uma referência no setor agrícola e um evento que soube crescer e consolidar-se ao longo dos anos graças à dinâmica de sucesso desenvolvida pela Confederação dos Agricultores de Portugal com o apoio da Bayer Crop Science, da Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED) e da Consulai.

Este ano, tal como no passado, as quatro entidades voltam a procurar jovens agricultores com projetos que se destaquem e mereçam valorização, visibilidade e o reconhecimento que este Concurso proporciona.

Numa Europa onde a crise demográfica é um facto, o papel dos jovens agricultores é essencial para combater o abandono das zonas rurais e promover o desenvolvimento sustentável da atividade e dessas regiões.

O desafio é muito difícil em termos europeus - onde os jovens representam apenas 10% do total de agricultores ativos - mas é gigantesco em Portugal onde essa representatividade baixa para escassos 3 por cento.

Apesar dos fracos números, a Confederação dos Agricultores não desiste e continua a promover anualmente, com a ajuda dos seus parceiros e patrocinadores, uma nova edição do Concurso Nacional dedicado às novas gerações.

OBJETIVOS DO CONCURSO

- **Visibilidade:** Reconhecer e destacar os projetos de jovens agricultores em Portugal.
- **Partilha:** Promover a troca de boas práticas associadas a projetos de investimento no setor agrícola.
- **Envolvimento:** Mobilizar entidades públicas e privadas para reforçar a importância dos jovens agricultores.
- **Divulgação:** Apresentar o melhor projeto nacional num evento em Bruxelas, onde serão distinguidos os melhores projetos a nível europeu.

PRÉMIO

O vencedor do 12º Concurso terá a oportunidade de apresentar o seu projeto no Parlamento Europeu e de concorrer ao Prémio de Melhor Jovem Agricultor da Europa, no âmbito do Congresso Europeu de Jovens Agricultores, que se realizará dentro de meses em Bruxelas.

O Concurso Nacional também atribui Menções Honrosas, e os vencedores beneficiarão de uma ampla comunicação e visibilidade, destacando o impacto dos seus projetos no setor agrícola.

CANDIDATURAS

As candidaturas podem ser submetidas através do site oficial do concurso, de também está disponível o regulamento do Concurso. 

Mais informações: www.concursojovemagricultor.com/





Concurso Nacional
de Jovens Agricultores
12ª Edição

Candidaturas abertas!

Até ao dia 04 de Junho
inscreve-te na 12ª edição e
habilita-te a ser o melhor
jovem agricultor de
Portugal!



ENTREGA DE PRÉMIOS

FNA 2025 | SANTARÉM

12

Junho
2025

SABE MAIS EM
www.concursojovemagricultor.com

ORGANIZAÇÃO:



MEDIA PARTNER:



AGROPORTAL

PARCEIROS:



Associação
Portuguesa
de Empresas
de Agricultura



consulai

DANIELA LOURENÇO

**E CAFÉ DA ILHA
TERCEIRA VENCEM
PRÉMIO TALENTA**

Açoriana Daniela Lourenço foi a vencedora da 5ª edição Talenta com recuperação da produção de café na ilha Terceira



Daniela Lourenço e o Café das Duas Ribeiras venceram a 5ª edição do Prémio Talenta, um projeto com o objectivo de recuperar a tradição e desenvolver a cultura do café na freguesia de São Bartolomeu de Regatos, na ilha Terceira, Açores.

Sublinhar a capacidade empreendedora das mulheres no setor agrícola português continua a ser o propósito do Prémio Talenta, iniciativa exclusivamente feminina que, pela 5ª vez, nasce da parceria da Corteva Agriscience, empresa global de ciência e tecnologia agrícola, com a Confederação dos Agricultores de Portugal. O nome das vencedoras foi conhecido em março, e associado à celebração do Dia Internacional da Mulher.

A cada ano, cabe ao grupo de jurados, composto por representantes especializados de ambas as entidades, avaliar as dezenas de candidaturas de acordo com um naipe de critérios como, por exemplo, o potencial inovador, a sustentabilidade e o combate à desertificação, o impacto socioeconómico local, a eventual possibilidade de crescimento enquanto negócio. No final são sempre apuradas três finalistas, de entre as quais, destaca uma vencedora. Daniela Lourenço, Telma Lourenço e Filipa Barros foram as três finalistas da 5ª edição do Prémio Talenta.

AGRICULTORA AÇORIANA É GRANDE VENCEDORA

Daniela Lourenço, nascida numa família de agricultores da ilha Terceira e criada sempre rodeada pela natureza e pelo trabalho no campo, buscou uma alternativa para a agricultura nos Açores. Daniela considerou que a cultura do café poderia ser a forma interessante de recuperar o amor pela sua terra e de promover, ao mesmo tempo, um projeto agrícola sustentável para a região. Iniciado em 2023, o projeto Café das Duas Ribeiras abrange todos os aspetos da produção, transformação e comercialização do café, com a intenção de revitalizar esta atividade e fortalecer a economia local. Ambiciona ser um projeto sustentável do ponto de vista ambiental, social e económico através da utilização de práticas agrícolas responsáveis e da formação contínua em matéria de produção de café de qualidade.



Café das Duas Ribeiras acompanha todo o processo, da produção à comercialização

OUTRAS FINALISTAS VÊM DO NORTE

As outras duas candidatas que chegaram à final da 5ª edição do Prémio foram Telma Lourenço, de Figueira de Castelo Rodrigo, e Filipa Barros de Gondesende, distrito de Bragança; a primeira com a ajuda das ovelhas da raça Churra Mondegueira e a segunda com uma proposta de valorização total das castanhas.

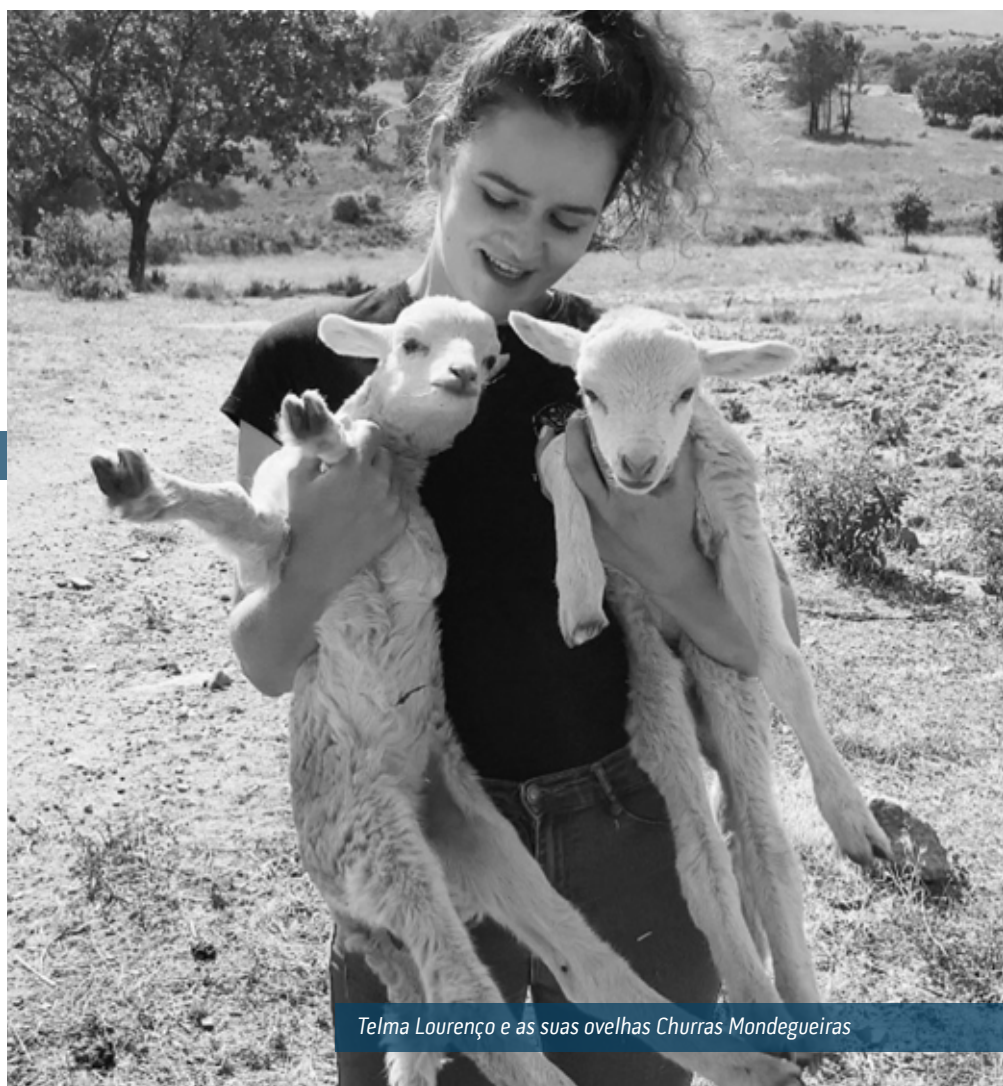
■ Sabonetes de leite de ovelha

Telma Lourenço foi distinguida pelo projeto da Quinta Vale do Tourão, na qual trabalharam o seu pai e o seu avô, e onde Telma deseja continuar aliando a tradição e a inovação. Com 32 anos, Telma representa a terceira geração de produtores de leite de ovelha e lidera o projeto pioneiro de transformação do leite de ovelha autóctone Churra Mondegueira, raça em perigo de extinção, em sabonetes artesanais.



Sabonetes de leite de ovelha Churra Mondegueira

A produção de sabão a partir do leite das ovelhas é efetuada de forma sustentável, com recurso a rega alimentada por painéis solares e com gestão responsável dos recursos hídricos. O projecto representa um compromisso com a preservação da biodiversidade local e a procura de alternativas de valor acrescentado para o mercado de lacticínios de ovelha. Na Quinta também se produz amêndoa, azeitona, avelã, vinho e cereais, promovendo a economia local e o respeito pelas tradições agrícolas.



Telma Lourenço e as suas ovelhas Churras Mondegueiras



Filipa Barros tem um projeto de valorização integral da castanha na Bubacaios

■ Aproveitamento total da castanha

Filipa Barros, engenheira biológica de formação e cofundadora da Bubacaios chegou à final com um projecto de valorização integral da castanha. Com vasta experiência em sistemas de gestão e segurança alimentar, o projeto de Filipa Barros é dedicado ao desenvolvimento de novos produtos a partir do aproveitamento total da castanha, desde a criação de snacks prontos a consumir, de farinhas nutritivas, e até de biomateriais derivados de subprodutos da castanha e do castanheiro.

Para a Bubacaios, a abordagem e novos desafios como as alterações climáticas, a baixa rentabilidade e a falta de inovação no setor da castanha, são o incentivo para a continuação do projecto, e assim contribuir para a sustentabilidade ambiental, económica e social na região.



PRÉMIO

A vencedora recebe um prémio financeiro de 5.000€ e beneficia de uma campanha de visibilidade. As duas finalistas recebem 2 mil euros para a realização de formação adaptada ao projeto (e-commerce, redes sociais, plano de negócios, técnicas comerciais, etc.) tendo igualmente acesso à visibilidade dos seus projetos.

Clara Serrano, vice-presidente da Corteva Agriscience para Sul da Europa manifestou grande satisfação pela conclusão de mais “um ciclo do Programa Talenta, marcado pela elevada participação e pela diversificação dos projetos apresentados.”

Também Luís Mira, secretário-geral da CAP, elogiou os projectos premiados que se destacaram “pela inovação e pela sustentabilidade, duas características essenciais para alavancar, rentabilizar e modernizar o setor.”



Cofinanciado pela
União Europeia



Ebudim[®]

Biodefesas...

ativadas!



**Bioproteção contra Míldio, Ódio
e podridão-cinzenta**



syngenta[®]
Biologicals



© 2025 Syngenta. Todos os direitos reservados. TM e © são marcas comerciais do Grupo Syngenta.
Utilize os produtos fitofarmacêuticos em segurança.
Leia sempre o rótulo e as informações do produto antes de usar.

PROJETOS DE CONSERVAÇÃO EM TERRENOS PRIVADOS



MONTIS
conservação da natureza

Parceria com MONTIS
Associação para a Gestão e Conservação da Natureza

A MONTIS tem estado envolvida em projetos LIFE focados na conservação em propriedades privadas.

A Comissão Europeia oferece vários mecanismos de financiamento para apoiar o desenvolvimento dos países europeus, sendo um dos principais o programa LIFE, que visa apoiar projetos relacionados com a conservação ambiental, a ação climática e o desenvolvimento sustentável, ajudando, em última análise, a UE a atingir as suas metas climáticas e ambientais.

Na fase de projetos LIFE de 2014-2020, destinados a ações ambientais e climáticas, a MONTIS participou em três projetos, um focado no voluntariado para a conservação da natureza (projeto piloto LIFE VOLUNTEER ESCAPES) e outros dois na conservação em propriedades privadas (LIFE ELCN e LIFE ENPLC).





Os dois últimos são a continuação um do outro: o LIFE ELCN – European Land Conservation Network, iniciado em 2017 e encerrado em 2022, foi criado para testar ferramentas de conservação de terrenos privados, com a perspetiva de integrar políticas destinadas a apoiar e desenvolver uma rede europeia bem informada sobre a conservação em propriedades privadas; o LIFE ENPLC foi criado em 2020, para melhorar a Rede Europeia para a Conservação de Terrenos Privados.

CROWDSOURCING PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA EM TERRENOS PRIVADOS

No âmbito do LIFE-ELCN, a MONTIS associou-se à parceria de nove entidades para implementar uma ação piloto que testaria a utilização de *crowdsourcing* para a conservação da natureza em terrenos privados.

A ideia era estabelecer protocolos de gestão de propriedades entre organizações de conservação, por um lado, e proprietários privados ou municipais, por outro, para gerar uma combinação de benefícios sociais, económicos e de conservação associados à gestão adequada de propriedades privadas. E para criar, através de “*crowdsourcing*”, os recursos necessários, para apoiar proprietários e organizações de conservação na execução de protocolos nessas propriedades.



Como resultado deste projeto, a MONTIS assinou cinco novos protocolos com proprietários, para a gestão da conservação de 16,6 hectares em terrenos privados, ainda sob a nossa gestão e onde temos trabalhado para melhorar a biodiversidade e os ecossistemas florestais. E organizou, e concluiu com sucesso, duas campanhas de *crowdfunding* (angariando no total mais de 50 mil euros), que permitiram, a primeira, a compra de 11 ha de terreno em Pampilhosa da Serra e, a segunda, a aquisição de financiamentos para a sua gestão, nomeadamente para a reconversão do eucaliptal em floresta nativa ("Como coisa que nos é cedida" e "Do eucaliptal até à mata").

Na vertente de *crowdsourcing*, a MONTIS testou ainda a utilização de programas de voluntariado no terreno para atividades de conservação da natureza e programas de apoio para atividades de gestão (financiamentos, candidaturas, etc.):

- O programa de voluntariado académico envolveu quatro entidades em 26 atividades, apoiando a conservação de 40 ha da Rede Natura 2000, plantando mais de 5 000 árvores, recolhendo mais de 200 kg de bolotas e instalando mais de 150 estruturas de engenharia natural para controlo da erosão.
- Cinco campos de trabalho de dez dias, que envolveram 55 participantes e apoiaram a conservação em três terrenos privados, num total de 10 ha, em esforços de restauro de ecossistemas.
- Um programa de voluntariado corporativo com 11 empresas participantes que estiveram também envolvidas em atividades de conservação da natureza em terrenos privados.
- Para financiar a conservação de terrenos privados, a MONTIS estabeleceu quatro protocolos pro bono de apoio a ações de conservação e angariou cerca de 67 mil euros noutros protocolos para apoiar a conservação nas áreas sob gestão.
- Envolvimento dos sócios da MONTIS em "voluntariado de competências" para ajudar a produzir conteúdos mediáticos, propostas de financiamento, traduções, consultoria técnica para atividades práticas de conservação e outras.

PROJETO LIFE ENPLC UMA PARCERIA MAIS ALARGADA

A parceria do LIFE ELCN, integrada pela MONTIS, adquirindo competências sólidas para a conservação de terrenos privados, considerou ser relevante dar continuidade e aumentar as metas para os esforços de conservação. Assim, foi criado, em 2020, o projeto LIFE ENPLC, uma parceria mais alargada, para

melhorar a Rede Europeia para a Conservação de Terrenos Privados, visando a angariação de fundos, conhecimento e sensibilização, envolvimento e teste de ferramentas para alcançar este objetivo, envolvendo proprietários privados e organizações de conservação da natureza. Neste projeto, que terminou em 2024, a MONTIS criou e dinamizou um grupo de trabalho para utilização do voluntariado em trabalhos de conservação da natureza em terrenos privados e apoio aos esforços de constituição de servidões para a conservação em terrenos privados.

A MONTIS organizou no âmbito desse grupo de trabalho:

- Dois *bioblitzs* com 30 participantes, que contaram com o apoio de parceiros especialistas para orientar e partilhar conhecimento sobre líquenes, musgos e cogumelos. A MONTIS participou também na criação, confrontando metodologias, de um guia sobre "Como fazer um Bioblitz", disponível para quem quiser organizar um e trabalhar em ciência cidadã.
- O colóquio "Conservação da Natureza em Terrenos Privados" com a participação de 19 pessoas que teve como objetivo desenvolver uma rede de gestores de terrenos privados conservados através da partilha de diferentes projetos de conservação que atuam em terrenos privados em Portugal.
- Um campo de trabalho internacional com 12 jovens, em Pampilhosa da Serra, para voluntariado em conservação nas áreas adquiridas e apoiadas pelas campanhas de *crowdfunding* acima referidas, envolvendo também a comunidade local.
- Um *workshop* internacional sobre "Voluntariado para a Conservação de Terras Privadas - Seguindo em Frente", Pampilhosa da Serra, envolvendo 18 pessoas, incluindo os parceiros internacionais do projeto, para partilhar casos de sucesso de conservação de terrenos privados em Portugal e discutir temas como o financiamento, a motivação e os desafios dos proprietários, e o que falta para a conservação privada em Portugal.

Como tarefa final deste projeto, a MONTIS produziu um relatório sobre o potencial de criar servidões para a conservação em Portugal, para melhorar a situação portuguesa em relação à conservação de terrenos privados e às ferramentas de conservação existentes, contemplando a preservação a longo prazo dos valores de conservação em propriedades privadas.

Email: montiscn@gmail.com
<https://montisacn.com> / <https://montisacn.blogspot.com>
<https://www.linkedin.com/in/montiscn>



Cofinanciado pela
União Europeia

Proteção que se sente no terreno

Recomendado
pela CAP
Agricultores de Portugal

AgroPro é o gasóleo aditivado da Galp especialmente desenvolvido para dar resposta às exigências do setor agrícola. Desenvolvido com tecnologia avançada, o gasóleo AgroPro oferece:

- **Desempenho Superior:** Fórmula de alta qualidade que garante uma combustão eficiente e potência extra.
- **Proteção do Motor:** Aditivos especiais que reduzem o desgaste e prolongam a vida útil do motor.
- **Mais limpeza:** Reduz o nível de acumulação de sujidade nos injetores.

A proteção sente-se.

Disponível nos postos de abastecimento



galp
agropro

Saiba mais em galp.com

DxHub

**INOVAÇÃO EM DIAGNÓSTICO
ONE HEALTH A PARTIR
DO SUL DA EUROPA**

Parceria com P-BIO
Associação Portuguesa de Bioindústria

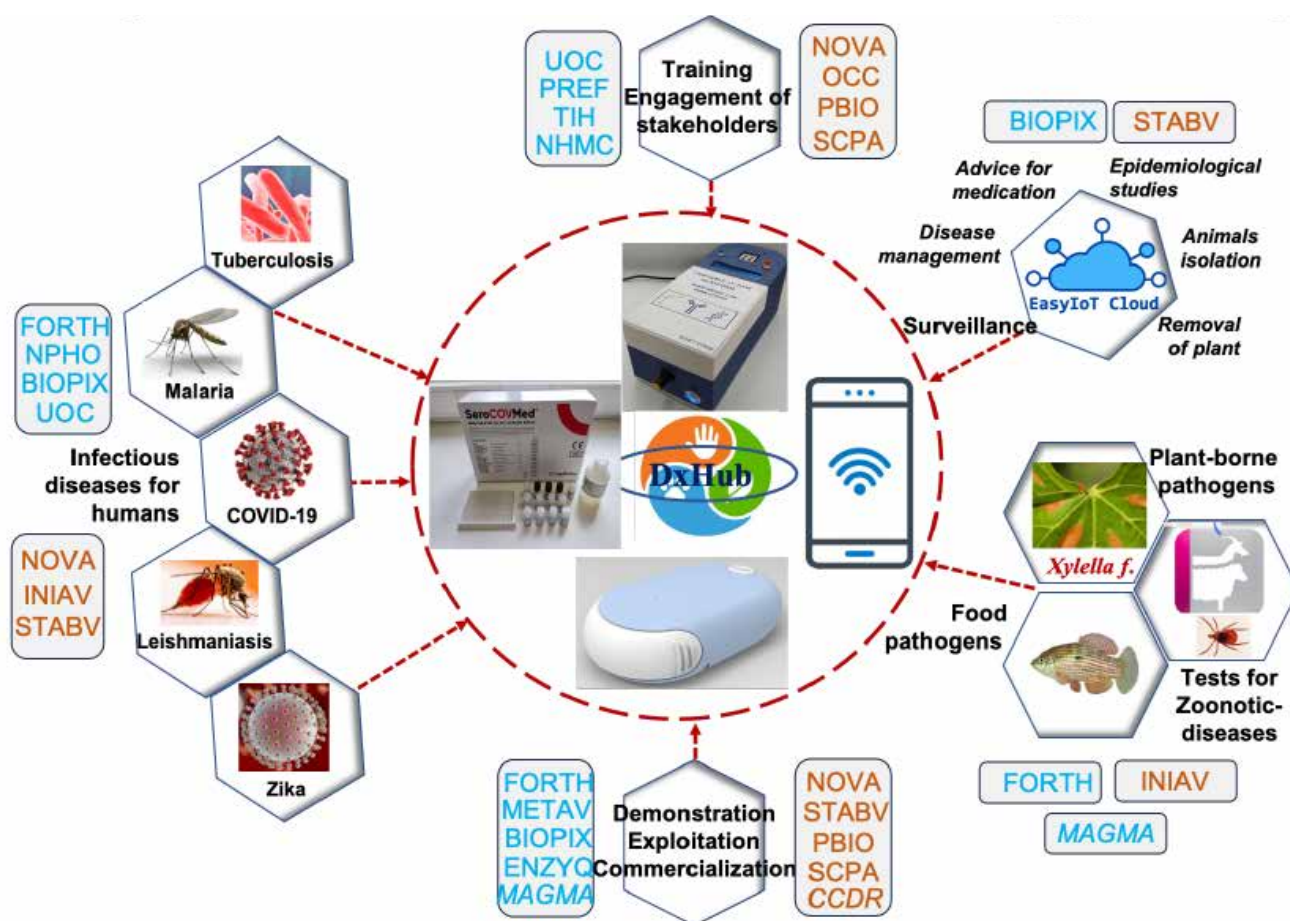


DxHub é uma iniciativa europeia, co-liderada por Portugal e Grécia, com a missão de acelerar o desenvolvimento e a implementação de ferramentas de diagnóstico inovadoras nos setores da saúde humana, animal e ambiental, sob a abordagem One Health.



Reunião de arranque do Projeto DxHub





Desde pandemias até à resistência antimicrobiana, passando por zoonoses (doenças que podem ser transmitidas entre animais e humanos) e doenças das plantas relacionadas com as alterações climáticas e patógenos de origem alimentar, a urgência por soluções de diagnóstico rápidas e acessíveis nunca foi tão evidente.

No centro deste panorama transformador, surge o DxHub como uma iniciativa europeia única, co-liderada por Portugal e Grécia e financiada pelo programa Horizonte Europa, no âmbito de projetos colaborativos de investigação e inovação. A sua missão consiste em acelerar o desenvolvimento e a implementação de ferramentas de diagnóstico inovadoras nos setores da saúde humana, animal e ambiental, sob a abordagem One Health.

O DxHub não é apenas mais um projeto de investigação. É um centro de inovação transfronteiriço, enraizado nas necessidades reais do sul da Europa, mas concebido com impacto global em mente. A sua ambição estratégica é promover soluções de diagnóstico ágeis que possam ser desenvolvidas, validadas e implementadas rapidamente, sobretudo em regiões onde a deteção precoce de doenças pode ser a diferença entre o controlo e a crise.

O QUE DISTINGUE O DxHub?

O DxHub assenta num modelo colaborativo que envolve ativamente a academia, a indústria, as autoridades públicas e a sociedade civil - o chamado modelo da Hélice Quádrupla. O seu modelo de negócio combina prioridades de saúde pública com dinâmicas empreendedoras, oferecendo vias estruturadas para a partilha de conhecimento, a transferência de tecnologia e a comercialização de soluções inovadoras.

No seu núcleo estão laboratórios de ponta, dispositivos portáteis de diagnóstico *point of care* (PoC) e infraestrutura digital que permite a partilha de dados em tempo real e a vigilância de patógenos. Ao apoiar *start-ups*, PME e instituições públicas, o DxHub atua como catalisador para transformar inovação laboratorial em aplicação prática. Este tipo de dispositivos, incluem, por exemplo, aquele desenvolvido pela empresa portuguesa StabVida, o *DoctorVida*, um dispositivo portátil e de mão para amplificação isotérmica de ácidos nucleicos de biomarcadores genéticos para deteção de agentes patogénicos, como bactérias, fungos ou vírus; ou ainda o *Pebble*, criado pela empresa grega Biopix e que consiste numa plataforma inovadora de deteção colorimétrica quantitativa por LAMP (qcLAMP).

DO SUL DA EUROPA PARA O IMPACTO GLOBAL

A parceria entre Portugal e Grécia é particularmente significativa. Ambos os países partilham vulnerabilidades geográficas e pontos fortes nos setores da biotecnologia, saúde pública e agroalimentar. O DxHub aproveita este ecossistema partilhado para escalar soluções regionalmente e exportá-las através de redes de cooperação internacional e de possível alinhamento com Consórcios Europeus de Infraestruturas de Investigação (ERICs).

Desta forma, o projeto contribui não só para a competitividade do sul da Europa, mas também para a ambição europeia mais ampla de soberania tecnológica em infraestruturas críticas de saúde.

CAPACITAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

O DxHub vai além da investigação. Investe ativamente na capacitação através de formação, mentoria e acesso a financiamento. Investigadores e empreendedores beneficiam de apoio na procura de oportunidades, consultoria especializada e ligação a investidores e parceiros clínicos ou industriais. *Workshops*, *hackathons* e eventos de *brokerage* garantem um envolvimento dinâmico e co-desenvolvimento real. O DxHub tem desenvolvido também um programa de *masterclasses* sobre inovação de acesso gratuito. Estas *masterclasses* são organizadas pelos diversos parceiros e abordam temas tão diversos como propriedade intelectual, criação de *start-ups* ou investigação pré-clínica. O *hub* possui ainda um projeto de *job rotations* com o objetivo de promover o intercâmbio e a troca de experiências entre os recursos humanos dos membros do consórcio. O *hub* também oferece apoio legal e regulatório, orientando *start-ups* na gestão de propriedade intelectual, marcação CE e licenciamento - passos cruciais para transformar ideias em impacto.

ENVOLVIMENTO DOS CIDADÃOS PARA SOLUÇÕES CONCRETAS

Um dos pilares da identidade do DxHub é o envolvimento da sociedade civil e conta com parceiros nesta área como o Município de Oeiras ou a CCDR-LVT. O projeto promove a participação inclusiva de doentes, líderes comunitários, agricultores e organizações da sociedade civil. Através de investigação participativa e ciclos de validação pública, o *hub* assegura que as suas inovações não são apenas tecnologicamente robustas, mas também socialmente relevantes e ancoradas nas comunidades.

ONE HEALTH EM AÇÃO NA DIMENSÃO AGRÍCOLA

Embora o âmbito do DxHub abranja inovação biomédica, ambiental e digital, o seu potencial impacto na agricultura é particularmente notável. Os setores agroalimentar e pecuário enfrentam ameaças crescentes de patógenos que podem devastar a saúde animal e vegetal, contaminar cadeias alimentares e transmitir-se a populações humanas.

O DxHub apoia o desenvolvimento de ferramentas de diagnóstico no terreno que permitem a agricultores, veterinários e autoridades locais detetar e responder a surtos em tempo real. Estas ferramentas reduzem a dependência de laboratórios centrais, capacitam comunidades rurais e contribuem para a segurança alimentar e estabilidade económica. Através da abordagem com parceiros como o *Magma* (associação de agricultores grega) ou o INIAV em Portugal, a significância dos progressos realizados pelo Hub será enfatizada e poderá chegar mais diretamente às economias locais e à sociedade.

Ao integrar a vigilância de patógenos agrícolas com o acompanhamento ambiental e de saúde pública, o DxHub reforça a interligação que está no centro do conceito One Health. Transforma os campos agrícolas em frentes de inovação - onde a deteção precoce protege não apenas as colheitas e o gado, mas também as comunidades que deles dependem.

Em resumo, o DxHub é mais do que um projeto de investigação. É uma visão de uma Europa mais inteligente, segura e sustentável - começando nos campos do sul do continente e estendendo-se ao mundo.

P-BIO E O DxHub

A participação da P-BIO - Associação Portuguesa de Bioindústria - reforça a ligação estratégica entre o DxHub e o setor biotecnológico nacional. Enquanto parceira institucional, a P-BIO desempenha um papel fundamental na dinamização do ecossistema de inovação, promovendo a articulação entre *start-ups*, empresas estabelecidas, centros de investigação e decisores políticos. O seu envolvimento garante que as soluções desenvolvidas no âmbito do DxHub estão alinhadas com as necessidades reais do mercado e com as prioridades da indústria nacional e europeia, de forma a assegurar a sustentabilidade do mesmo para além do Horizonte Europa.

AGRO MILLENNIUM

Banco oficial do melhor que se faz no Alentejo

Para além de estar na **Ovibeja** como **Banco Oficial**, o Millennium bcp está também oficialmente ao lado do setor primário.

Visite-nos de 30 de abril a 4 de maio e conheça todas as soluções **Agro Millennium**.

Millennium
bcp

BANCO OFICIAL

OVIBEJA



Saiba mais em **millenniumbcp.pt**

Banco Comercial Português, S.A.

Millennium
bcp

aqui consigo

BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS

MARGENS E ZONAS NÃO CULTIVADAS DA PARCELA

[Nº17]

Parceria com ADVID, CAP, GPP, LPN e SPEA
Foto da LPN - Liga para a Protecção da Natureza



DEFINIÇÃO

Manter as margens das parcelas e as zonas incultas com vegetação autóctone.

VANTAGENS

- As áreas incultas nas parcelas agrícolas são áreas naturais que constituem habitats de refúgio, reprodução e alimentação muito importantes para a biodiversidade;
- A existência de margens com vegetação espontânea em redor das parcelas agrícolas aumenta a biodiversidade, sobretudo a fauna auxiliar;
- Estas áreas com vegetação espontânea funcionam como corredores ecológicos ou bolsas de biodiversidade na exploração agrícola;
- Servem de zonas de abrigo e de alimentação a várias espécies;

- Ajudam no combate a pragas e doenças porque atraem muitos insetos auxiliares;
- Protegem o solo e contribuem para o aumento da infiltração da água no solo.

COMO GERIR E MANTER PARA PROMOVER A BIODIVERSIDADE

- Manter uma margem contínua em redor da parcela com 1 a 5m de largura e outras áreas improdutivas que estejam situadas na parcela agrícola;
- A vegetação espontânea não deve ser cortada até terminar o ciclo vegetativo, para concluir a floração e existir produção de semente;
- Evitar o uso de fertilizantes, herbicidas e pesticidas junto a estas áreas.

BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS JÁ PUBLICADAS

- Enrelvamento (RA nº281/2022)
- Sebe viva ou multifuncional (RA nº282/2022)
- Muros de pedra (RA nº283/2022)
- Bosquetes, árvores isoladas e regeneração natural (RA nº284/2023)
- Galerias ripícolas (RA nº285/2023)
- Charcos temporários (RA nº286/2023)
- Charcas e pequenas barragens (RA nº287/2023)
- Aglomerados de pedra e lenha (RA nº288/2023)
- Edificações antigas e ruínas (RA nº 289/2023)
- Bebedouros e pontos de água para fauna (RA nº290/2024)
- Caixas-ninho e caixas-abrigo (RA nº 291/2024)
- Culturas para a fauna (RA nº 292/2024)
- Redução de áreas para corte de feno e silagem (RA nº293/2024)
- Pastoreio condicionado na primavera (RA nº 294/2024)
- Vedações pecuárias adaptadas à fauna silvestre (RA nº 295/2024)
- O Pousio (RA nº296/2025)

PRÓXIMA E ÚLTIMA EDIÇÃO

Matos



Ave migradora, o alcaravão prefere charnecas secas com áreas de areia e pedras



Sardão é o maior lagarto ibérico e frequenta orlas de caminhos e campos agrícolas

- Nº 1
- Nº 2
- Nº 3
- Nº 4
- Nº 5
- Nº 6
- Nº 7
- Nº 8
- Nº 9
- Nº10
- Nº 11
- Nº 12
- Nº 13
- Nº 14
- Nº 15
- Nº 16



Nº 18

Colaboraram no Projecto Boas Práticas Agrícolas para a Biodiversidade no contexto das Alterações Climáticas as seguintes entidades:

CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal
ADVID - Cluster da Vinha e do Vinho e CoLAB VINES & WINES
GPP - Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
LPN - Liga para a Protecção da Natureza
SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves



Cofinanciado pela
União Europeia

AVES “JARDINEIRAS”

AJUDAM A PRESERVAR A FLORESTA LAURISSILVA

Parceria com a SPEA
Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves
Autoria: Sónia Neves/SPEA
Fotos: Arquivo SPEA



O Priolo é uma das aves que se alimenta das bagas do sanguinho que depois espalha em novas áreas.

Fotografia de Rui Teixeira/SPEA

Dos Açores chega a história das aves que trabalham ao lado dos conservacionistas para garantir o sucesso do restauro da floresta Laurissilva.

Os resultados da maior ação de restauro ecológico alguma vez realizada nos Açores mostram que é possível restabelecer os ritmos naturais da floresta. Após anos de trabalho, a reposição de plantas nativas da floresta Laurissilva, endêmica no arquipélago, estão a ser realizadas pelos técnicos da SPEA, mas também propagada pelas aves.

“O que nos chamou a atenção foi a regeneração do sanguinho: encontrámos muitas plantas desta espécie a crescer em locais em que não há indivíduos adultos produzindo sementes”, explica Tarso Costa, técnico de conservação na SPEA, confirmando a aprendizagem que resulta para os conservacionistas do compor-

tamento das aves.

“Isso mostra um ciclo positivo: o sanguinho que plantámos noutros locais está realmente a servir de alimento às aves como o priolo, como era nosso objetivo; e as aves por sua vez estão a dispersar as sementes, trazendo sanguinho para novas áreas.” Quando aves como o priolo se alimentam das bagas vermelhas do sanguinho, e depois voam para outro local, podem acabar por defecar as sementes longe da planta “mãe”. Mas, essas sementes só irão germinar se tiverem espaço para crescer. É neste ponto que se torna evidente o impacto de uma das maiores ações de restauro ecológico alguma vez realizadas nos Açores.

Entre 2015 e 2018, no âmbito do projeto LIFE+ Terras do Priolo, os técnicos da SPEA removeram plantas invasoras, estabilizaram taludes, e plantaram espécies nativas em 24 hectares de área na Zona de Proteção Especial Pico da Vara/Ribeira do Guilherme, em São Miguel, para restaurar a floresta Laurissilva desde os 300 até aos 900 metros de altitude. Desta forma, os conservacionistas criaram as condições para que as sementes agora levadas pelas aves possam germinar.

“Ao restaurar este ecossistema, criámos uma floresta saudável. É um orgulho ver que as aves estão naturalmente a dispersar as sementes”, sublinha Tarso Costa. “Foram as aves e o sanguinho que nos ensinaram que é possível concretizar o maior desafio de restauro ecológico nos Açores, que é manter as áreas livres de plantas invasoras”.

Quando se tenta proteger um ecossistema da ameaça de plantas invasoras, o mais difícil não é remover essas plantas, mas sim impedi-las de voltar porque, por definição, são plantas que se propagam com muita facilidade e ocupando rapidamente o terreno disponível. O facto de o sanguinho conseguir - com a ajuda das aves - propagar-se para novos locais, mostra o potencial desta espécie nativa para preencher os espaços que ficam disponíveis quando se removem plantas invasoras, ocupando-as e permitindo que o ecossistema nativo da Laurissilva se restabeleça sem que haja nova invasão. Este novo conhecimento mostrou aos conservacionistas novas formas para, no futuro, usar o sanguinho e as aves como aliados estratégicos na proteção da Laurissilva.

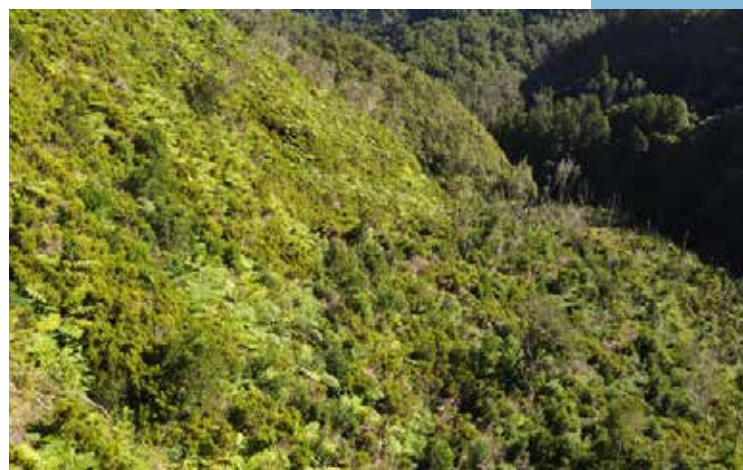


FLORESTA LAURISSILVA

É o nome dado a um tipo de floresta húmida subtropical, composta maioritariamente por árvores da família das lauráceas (daí o seu nome) e endémica da Macaronésia (área biogeográfica constituída pelos arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde, tendo em conta a riqueza e particularidade dos seus recursos botânicos).

O clima temperado húmido dos Açores permite o crescimento de floresta com vários estratos de acordo com a altitude, desde a costa até às zonas montanhosas. Entre as espécies encontram-se o Sanguinho (*Frangula azorica*), a Faia-da-terra (*Myrica Faya*), o Pau-branco (*Picconia azorica*), o Loureiro (*Laurus azorica*), a Ginjeira-do-mato (*Prunus azorica*), o Feto-do-botão (*Radicans*), a Urze (*Erica azorica*), e o Azevinho (*Ilex perado*).

Fonte: www.greenzoneazores.com e centrocienciaah.com



SOBRE A SPEA

A Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) é uma Organização Não Governamental de Ambiente que trabalha para a conservação das aves e dos seus habitats em Portugal. A SPEA faz parte da BirdLife International, uma aliança de organizações de conservação da natureza em mais de 100 países, considerada uma das autoridades mundiais no estudo das aves, dos seus habitats e dos problemas que os afetam.

www.spea.pt





LOGIFRIO – GRUPO ZOLVE RECEBE PRIMEIRA ESTRELA LEAN & GREEN

A GS1 Portugal atribuiu à Logifrio - Grupo Zolve, a primeira estrela Lean & Green, um reconhecimento pela redução voluntária de 20% das emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE) em âmbito logístico. A Logifrio - Grupo Zolve, atinge este reconhecimento após implementação de medidas previstas no plano de ação apresentado em 2022, nomeadamente, promovendo ações de formação sobre condução eficiente, procurando a otimização da taxa de ocupação das viaturas, renovando a sua frota e priorizando a compra de energia proveniente de fontes 100% renováveis, que complementou o investimento anterior ao plano em unidades de produção fotovoltaica para autoconsumo. O Lean & Green é uma certificação ambiental presente em 16 países e que conta com mais de 600 empresas. Este programa já permitiu a redução de 2,5 megatoneladas de CO₂, a nível global, o que terá evitado o degelo de superfície correspondente a 7 500 000 m² de calotes polares. Em Portugal, fazem parte do programa Lean & Green 33 empresas de pequena, média e grande dimensão.

A Zolve é uma empresa portuguesa especializada em serviços de logística e transporte de produtos alimentares com temperatura controlada que opera sob a marca comercial Logifrio. A GS1 Portugal - Codipor é a organização responsável pela introdução do código de barras em Portugal há 38 anos. É uma Associação de direito privado, sem fins lucrativos, neutra e multi-setorial, declarada entidade de utilidade pública.



CROPLIFE PORTUGAL EM ASSEMBLEIA GERAL

A CropLife Portugal anunciou a composição dos seus órgãos sociais para o triénio 2025/2027. Na sua Assembleia Geral, ficaram conhecidos os órgãos sociais da CropLife Portugal, Associação Nacional da Indústria da Ciência para a Proteção das Plantas, para o triénio de 2025 a 2027. Felisbela Torres de Campos renova, uma vez mais, o compromisso como Presidente da Direção, a quem se junta uma equipa multidisciplinar, preparada para orientar e fortalecer a missão da Associação. Os membros foram escolhidos com base no seu compromisso e capacidade para promover a excelência e integrar diferentes perspetivas, fundamentais para o crescimento do setor. Celebrando recentemente o primeiro aniversário desde a sua transição para CropLife Portugal, a Associação tem assumido um papel cada vez mais ativo na defesa dos interesses e necessidades dos profissionais do setor. Com grande expectativa para este novo ciclo, a nova Direção reafirma o seu compromisso com o crescimento sustentável da agricultura nacional através da crescente colaboração, envolvimento e fortalecimento de relações e ações dentro do setor.

LOGIFRIO – GRUPO ZOLVE RECEBE PRIMEIRA ESTRELA LEAN & GREEN

A Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) anunciou a concessão de uma autorização excecional de emergência para a utilização do produto Sivanto Prime, com o objetivo de controlar a cigarrinha do milho (*Laodelphax striatellus*) nas culturas de milho em Portugal. O Sivanto Prime, que contém flupiradifurona, é um inseticida sistémico que atua no sistema nervoso dos insetos, oferecendo uma solução eficaz para o controlo da cigarrinha do milho.

A cigarrinha do milho (*Laodelphax striatellus*) é uma praga significativa que não só prejudica a saúde das plantas, mas também atua como vetor de vírus que afetam o milho, como o vírus do nanismo do milho (MRDV), MDMV e MRDD. A situação foi agravada pela proibição, nos últimos anos, do uso de neonicotinóides, que anteriormente eram utilizados para o tratamento de sementes, o que resultou num aumento alarmante das infestações. Além disso, atualmente, não se encontram autorizados em Portugal produtos fitofarmacêuticos especificamente destinados ao controlo de *L. striatellus*. Ainda que alguns tratamentos fitossanitários, aplicados para o controlo de outros inimigos da cultura possam ter um efeito secundário sobre esta praga, este é insuficiente para uma gestão eficaz da sua população. A Bayer é uma empresa multinacional com competências chave nos domínios biocientíficos da saúde e da alimentação. A Bayer compromete-se a prestar uma contribuição substancial para o desenvolvimento sustentável através da sua atividade comercial. Ao mesmo tempo, o Grupo aspira a aumentar a sua rentabilidade e a criar valor através da inovação e do crescimento.

VIA VERDE EM PARCERIA COM COOLTRA

A Via Verde está a alargar a oferta de serviços de mobilidade às scooters elétricas através de uma parceria com a Cooltra, uma empresa de aluguer de curta duração de scooters, que opera em Lisboa desde 2017. No total, a Cooltra tem uma frota de 400 scooters, todas elétricas, a circular na cidade de Lisboa. Estas scooters podem ser alugadas por todos os clientes da Via Verde, bastando para isso aderir ao plano Via Verde Cidade.

Para utilizar o novo serviço, os clientes da Via Verde passam a ter na nova App, a localização das scooters disponíveis no mapa 'Perto de mim' ou no serviço 'Scooters Elétricas'. O cliente Via Verde Cidade paga apenas os minutos que utiliza a scooter, tendo acesso à Tarifa Seguro Plus que inclui 2 capacetes e uma cobertura de riscos em caso de danos, com um máximo de 99€ de franquia, em todas as viagens. A Cooltra tem mais de 17 mil clientes em Lisboa que realizam mais de 193 mil viagens por ano.



DGT REGRESSA A LISBOA PARA DEBATER ECONOMIA DIGITAL E TECNOLOGIA

O Taguspark, em Oeiras, recebeu o DGT/LX 2025, um dos eventos mais relevantes da economia digital em Portugal. Com o mote "The future starts here", os líderes empresariais e profissionais de marketing, e-commerce e Inteligência Artificial (IA), debateram tendências emergentes, inovação e transformação digital, explorando estratégias para o futuro do mercado.

O evento contou com mais de 60 oradores e 15 expositores, promovendo 30 conferências sobre temas essenciais para o desenvolvimento da economia digital, geração de negócios e evolução empresarial. Entre os temas abordados, destacaram-se as estratégias de marketing digital reinventado, como criar uma experiência do cliente de excelência e o e-commerce na revolução do comércio online. Também o tema sobre gestão inovadora para o futuro, apresentou estratégias adaptativas que preparam líderes e empresas para navegar num ambiente de negócios cada vez mais desafiante. Em palco estiveram algumas das maiores empresas nacionais e internacionais, tais como, L'Oréal, Perfumes & Companhia, Salesforce, Microsoft, Continente, EDP, Glovo, Sumol + Compal, Avila Spaces, Hussel, Grupo Brisa, Galp, InnoWave, FCIM, Digitalent, entre outras.



GREENVOLT E SANTANDER EM PARCERIA

A Greenvolt Comunidades, empresa do Grupo Greenvolt líder em soluções de autoconsumo coletivo, e o Banco Santander assinaram um acordo para fornecer energia verde a 100 agências da instituição financeira em Portugal. A parceria, que já se encontra em fase de implementação, representa um avanço importante na estratégia de sustentabilidade do Santander. As primeiras agências já estão a consumir energia renovável proveniente de comunidades energéticas da Greenvolt, localizadas em distritos como Aveiro, Porto, Lisboa, Coimbra, Leiria, Braga, Évora e Beja. O acordo contempla também o desenvolvimento, implementação e gestão de uma Comunidade de Energia no Edifício Santander, em Lisboa. A instalação contará com 248 painéis fotovoltaicos, com uma produção anual estimada de 168,5 MWh, evitando a emissão de cerca de 45 toneladas de CO₂ por ano. Para além de suprir parte das necessidades energéticas do edifício, este modelo de partilha de energia permite que outros membros consumidores e produtores se juntem à Comunidade de Energia.

Com mais de 160 comunidades de energia em Portugal, das quais 65 já em funcionamento, o portfólio de projetos da Greenvolt Comunidades torna possível parcerias de grandes dimensões, nomeadamente no setor bancário, caracterizado pela dispersão geográfica das instalações que requerem consumo de energia. Esta parceria permite ao Santander aceder a energia 100% renovável sem a necessidade de instalações individualizadas em cada agência, beneficiando da escala e da capilaridade do seu modelo operacional.



VALORFITO INTENSIFICA INVESTIMENTO NA SENSIBILIZAÇÃO DO SETOR

2024 encerrou de forma particularmente exigente e intensa para Valorfito. Depois de vários anos em contínuo crescimento, em 2024, a recolha e tratamento de Embalagens Vazias de Produtos Fitofarmacêuticos, Sementes e Biocidas atravessou um cenário particularmente complexo e com reflexos nos seus resultados globais. Se, por um lado, assistimos a um aumento percentual na quantidade de embalagens declaradas a que há muito não assistíamos (27%), levando a que as quantidades totais recolhidas suplantassem as 581 toneladas – com praticamente todos os pedidos de levantamento concluídos – por outro, assistimos pela primeira vez ao decréscimo percentual (5,7%) na taxa global de retoma que vinha a crescer consecutivamente ano após ano.

A nível individual, o fluxo de embalagens de fitofármacos continua a ser aquele cuja performance mais se destaca e em 2024 não foi exceção: continuou a liderar não só com uma taxa de retoma de 59,4%, mas também com uma taxa de embalagens declaradas de 28,4%, acima de 2023. Além disso, assistimos também, pela primeira vez, a um aumento na taxa de retoma de biocidas, espelho do esforço e empenho contínuos do sistema, ano após ano, para melhorar a comunicação com os agricultores e sensibilizá-los para a importância da retoma destas embalagens em particular.



1ª EDIÇÃO DO ESTUDO TRACKING HORTOFRUTÍCOLAS

A GS1 Portugal apresentou as conclusões da 1ª edição do estudo Tracking Hortofrutícolas, que analisa as categorias de frutas e legumes frescos em Portugal. As exigências do consumidor, os desafios da cadeia de abastecimento e a sustentabilidade são as três grandes tendências que marcam o presente e futuro das categorias.

A 1ª edição do estudo Tracking Hortofrutícolas, promovido pela GS1 Portugal, destaca a importância do grau de frescura dos produtos, a qualidade e confiança do que é vendido e as condições comerciais competitivas como fatores de máxima importância para os retalhistas. Para além disso, identifica as grandes tendências que estão a marcar o presente e futuro do setor em que estas categorias se inserem. A apresentação da 1ª edição do estudo Tracking Hortofrutícolas decorreu no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL). Contou com uma sessão de abertura conduzida por José Reis, Presidente do Conselho de Administração do MARL e por João de Castro Guimarães, que destacou a importância dos resultados do Tracking Hortofrutícolas para o aumento da eficiência das micro e pequenas empresas do setor.



SOMERSBY MUDA IDENTIDADE VISUAL

A marca de sidras do Super Bock Group apresenta-se com uma nova identidade visual, que reforça a frescura e o dinamismo que já fazem parte do seu ADN. Sob o mote "Mexemos na casca sem mexer na maçã", Somersby surge mais vibrante, moderna e refrescante, pronta para brindar aos dias de verão. O símbolo icónico - a árvore - mantém-se, agora, acompanhado por ilustrações de fruta que facilitam a identificação dos sabores no rótulo e nas embalagens. Mas não é só a imagem que está diferente, os sabores também continuam a dar que falar (e beber). A grande novidade deste verão é a nova sidra Somersby Ananás & Lima, uma combinação ousada e tropical que ao sabor doce do ananás, junta o toque cítrico da lima.

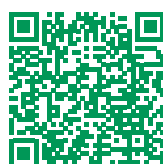
Somersby Ananás & Lima está disponível em formato lata de 33 cl nos hiper e supermercados e em garrafa 33 cl no canal HORECA (hotéis, restaurantes e cafés). Com este novo sabor, a marca pretende reforçar a presença em encontros com amigos, festas ao pôr do sol ou simplesmente em momentos descontraídos em dias de calor. Esta novidade junta-se ao portefólio já conhecido: Somersby Maçã, Blackberry e Pêra 0.0%. O visual muda, mas o espírito mantém-se: leve, irreverente e naturalmente refrescante.

LUZ VERDE

para apoiar
o sector agrícola



Apoiamos desde sempre o sector agrícola a enraizar, crescer e florescer. **Plante connosco as sementes do futuro.**



PUBLICIDADE

Sujeito à Política de Aceitação de Clientes. Sujeito à avaliação de risco de crédito.

Para mais informações:
creditoagricola.pt |     

CaixaCentral - CaixaCentral de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L. registada junto do Banco de Portugal sob o nº 9000 - M.C.R.C de Lisboa e Pessoa Colectiva nº 501 464 301 - Capital Social € 321.405.715,00 (variável) Rua Castilho nº 233, 233 A, Lisboa.

Apoiamos o seu Projeto Agrícola, Agroindustrial ou Florestal

A AGROGARANTE – SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA – EXISTE PARA APOIAR O SEU PROJETO INOVADOR

É este forte investimento na inovação e na iniciativa empresarial que torna a Garantia Mútua um instrumento de sucesso. Porque têm soluções à medida das necessidades específicas dos diversos setores de atividade. Porque aposta no futuro dos ENI, das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Com a AGROGARANTE, as boas produções estão garantidas!

No âmbito do Quadro de Incentivos (PDR 2020) consulte a AGROGARANTE para emissão de Garantias a favor do IFAP e para empréstimos necessários ao seu projeto.

GARANTIAS A EMPRÉSTIMOS

que lhe permite obter crédito junto das instituições Bancárias, em melhores condições de preço e prazo.

GARANTIAS A SISTEMAS DE INCENTIVO

requeridas no âmbito de programas de apoio às empresas, nomeadamente o IFAP, torna possível o recebimento antecipado de incentivos e outros apoios públicos.

GARANTIAS DE BOM PAGAMENTO

para o pagamento de compromissos assumidos com fornecedores e outras entidades.

GARANTIAS AO ESTADO

que asseguram o cumprimento de obrigações perante as Instituições Públicas (IVA, etc.).

APOIO EM LINHAS ESPECÍFICAS

